



Quercus

AMBIENTE



JORGE PAIVA SOBRE AS FLORESTAS A INOPERANTE DÉCADA DA BIODIVERSIDADE

Páginas 10_11

ENTREVISTA A PAULA SARMENTO PRESIDENTE DO ICNF

Páginas 4_5

BIOMASSA (IN)SUSTENTÁVEL FÁBRICAS DE PELLETS: RISCO OU OPORTUNIDADE PARA A FLORESTA PORTUGUESA

Página 9

RETRATO O TEIXO

Página 24

Mecenas Principal



Mecenas Jornal



CAMPANHA: RCD- PREVENIR PARA NÃO REMEDIAR!

Carmen Lima e Madalena Martins

Os Resíduos de Construção e Demolição (RCD), que vulgarmente são chamados de “entulhos”, têm inúmeras potencialidades de reutilização e reciclagem, bem como oportunidades na incorporação em processos industriais e na construção. No entanto, ainda conseguimos encontrar descargas destes resíduos pelas bermas das estradas, em caminhos ou terrenos mais escondidos, incluindo áreas protegidas.

Neste sentido, a Quercus está a promover um Levantamento Nacional que identifique as zonas contaminadas, pelo que apelamos à participação de todos, na recolha de fotografias e sinalização dos locais onde existam descargas deste tipo de resíduos.

Pretendemos georreferenciar os locais com descargas ilegais, promover o envolvimento das autarquias e autoridades locais, na caracterização das situações e minimização dos seus impactes - através de ações de limpeza e gestão adequada dos resíduos.

Por outro lado, a Quercus pretende lançar uma Campanha de divulgação dos maus exemplos de destinos que são dados aos resíduos das obras, e mostrar quais as boas práticas no encaminhamento para estes resíduos.

Participe! Envie-nos as suas fotos para quercus@quercus.pt com o assunto: Campanha RCD 📧

Com o apoio de:



FUNDAÇÃO
CALOUSTE
GULBENKIAN



IGMAOT

Entulhos

SALVA A TERRA - ECOFESTIVAL DE MÚSICA PELO CERAS

Estamos de volta para a terceira edição do Salva a Terra - Ecofestival de Música pelo CERAS! de 2 a 5 de Julho de 2015 em Salvaterra do Extremo, Idanha-a-Nova!

Coorganizado pela Quercus - núcleo de Castelo Branco, pelo projecto musical Velha Gaiteira e pelo Município de Idanha-a-Nova, o Eco Festival Salva a Terra é composto por inúmeros concertos, workshops, percursos interpretativos, conferências, cinema ao ar livre, banhos no rio e animação diversa.

O Salva a Terra é um Eco Festival 100% “Pro-Bono”, no qual toda a organização, artistas, formadores, guias, e restante equipa trabalham de forma voluntária em prol da preservação de algo que é de todos nós: a biodiversidade.

O Eco Festival tem como principal missão a angariação de fundos para o CERAS-Centro de Estudos e Recuperação de Animais Selvagens. As receitas obtidas revertem a 100% para o CERAS. O Ceras funciona exclusivamente com trabalho voluntário desde 1998 e já recebeu mais de 2150 animais selvagens, contando com uma taxa de recuperação positiva de 60% de animais devolvidos à natureza.

A edição de 2013 contou com 30 projectos musicais, num total de mais de 100 artistas, inúmeras actividades tão distintas como fazer pão de bolota, garimpar no rio Erges, yoga, workshops de dança, percussão, percursos pedestres, banhos no rio, cinema documental e curtas-metragens, entre muitas outras...

A edição de 2015 acontecerá de 2 a 5 de Julho, em Salvaterra do Extremo - Idanha-a-Nova, os bilhetes serão, mais uma vez, limitados por forma a manter a qualidade nas actividades e no festival em geral, pelo que se aconselha a compra antecipada.

O Salva a Terra é um ecofestival 100% pro-bono, a ajuda é sempre bem-vinda. Na escolha dos voluntários daremos natural preferência a sócios da Quercus ANCN. 📧

Divulguem, partilhem, juntem-se a nós!
<http://salvaterra.pt/>

Para contacto e apresentação de projectos:
salva.a.terra@gmail.com

Salva a Terra - Ecofestival de Música pelo CERAS



Salvaterra 2015

A DESILUSÃO DA FISCALIDADE VERDE

Foi no passado dia 16 de Outubro que o Governo apresentou em conferência de imprensa a sua proposta de Reforma da Fiscalidade Verde. Apesar de por esta altura ainda não conhecermos em detalhe a proposta que será levada a discussão à Assembleia da República, foi com desilusão que acompanhámos a apresentação das principais medidas deste documento, uma vez que se confirmaram as notícias que vinham a público nas últimas semanas. Estas davam conta essencialmente da criação de um conjunto de taxas ambientais e não de uma verdadeira reforma fiscal ambiental, com uma “neutralidade” visível aos olhos dos cidadãos, em que os comportamentos negativos para o Ambiente seriam penalizados, mas por outro lado, os comportamentos positivos seriam bonificados.

Com efeito, de tudo aquilo que foi dado a conhecer na referida conferência de imprensa, existe um grande desequilíbrio ao nível das medidas propostas, com um peso claramente assumido por parte de taxas, destinadas a angariar receitas, e a dita “neutralidade fiscal” é uma neutralidade com um sentido bastante diferente daquilo que vinha sendo a discussão e muito mais diferente ainda do que aquilo que deveria ser a neutralidade de uma reforma deste tipo. Efectivamente, seria fundamental que os cidadãos se apercebessem que, para além da compensação directa que existe para todos ao nível dos benefícios para o Ambiente numa alteração de comportamentos (mas que muitas vezes não é facilmente percebida nem imediata), existe também uma compensação financeira imediata que é atribuída às acções positivas, à semelhança do carácter imediato da aplicação da taxa para as acções negativas. Para isso, seria fundamental que de uma forma geral se aplicasse um formato de benefício ou taxa reduzida para um comportamento/acção que incidisse sobre o mesmo item em análise. E isso, do que se conhece até agora, não acontece, ou acontece de forma muito insuficiente, na maioria dos itens que são taxados.

Outra questão que se relaciona intimamente com esta, e certamente a condiciona muito fortemente em termos políticos, tem a ver com o “casamento” que o Governo resolveu fazer entre a “Reforma da Fiscalidade Verde” e a “Reforma do IRS”, numa suposta tentativa de justificar a dita “neutralidade fiscal”, vista por este como uma neutralidade conjunta entre estas duas reformas. Aquilo que transparece desta união, é um desequilíbrio financeiro claro entre estas duas reformas, em que uma (a da Fiscalidade Verde) aparece claramente a financiar a outra (a do IRS), numa relação que tende a ser muito questionável e pouco desejável. Se não, vejamos – da receita de 165 milhões de Euros que o Governo pensa arrecadar com todas as taxas presentes na Reforma da Fiscalidade, apenas cerca de 10% destas se destinam a ser aplicadas nessa própria reforma, com medidas que fomentem, incentivem e premeiem melhores práticas e comportamentos ambientais. Os restantes 90% da receita obtida serão destinados a financiar a Reforma do IRS, e o Orçamento de Estado por inerência, numa aplicação de verbas obtidas com o argumento do “Ambiente”, que não se afigura lógica nem séria, pois a existir uma verdadeira “neutralidade”, as contas seriam feitas ao contrário, e no mínimo, esses 90% da receita obtida seriam usados a baixar taxas de produtos ou serviços que têm menores impactes ambientais, de modo a incentivar práticas mais sustentáveis e tentar equilibrar aquilo que são as imperfeições do nosso mercado, que não internaliza as externalidades como deveria.

Não temos dúvidas que será muito positivo que se promova de uma forma geral uma fiscalidade verde que estimule uma melhoria do desempenho ambiental dos cidadãos e das organizações. Contudo, não é certamente esta a melhor forma para o conseguir, ainda para mais no contexto social presente, de dificuldades económicas e de outras sobretaxas em aplicação e em que a Reforma arrisca-se a ser vista apenas como mais um conjunto de sobretaxas a aplicar à população. Torna-se por isso imprescindível, num quadro de discussão parlamentar que vai ocorrer até ao final de Novembro, que a proposta apresentada pelo Governo possa ser fortemente melhorada, e ter um amplo consenso político, de modo a que a existência de uma verdadeira reforma fiscal ambiental deixe de ser uma miragem e evolua para um sistema justo e coerente, que vá ao encontro daquilo que o País e a sociedade efectivamente necessitam. 🌱



DEMISSÃO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DAS FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL SEM SUCESSÃO: QUERCUS TEME POSSÍVEIS REFLEXOS NA POLÍTICA FLORESTAL

Direcção Nacional

A demissão do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, Francisco Gomes da Silva, preocupa a Quercus, dado que é o segundo titular da pasta da área das florestas neste Governo, após a demissão do seu antecessor, Daniel Campelo, em Fevereiro de 2013.

O facto da Ministra da Agricultura e do Mar, Assunção Cristas, alegadamente não pretender a substituição do titular da Secretaria de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural é preocupante, uma vez que a área das florestas e do desenvolvimento rural deveria ser estruturante nas políticas públicas do nosso país e, como tal, merecia continuar a ter um Secretário de Estado a tempo inteiro a tutelá-la.

Esta demissão pode inclusivamente atrasar a implementação das medidas florestais e de desenvolvimento rural do novo quadro comunitário de apoio (Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020), com consequências ao nível do investimento na gestão florestal, penalizando a atuação dos proprietários. Francisco Gomes da Silva avançou com o RJAAR – Regime Jurídico Aplicável às Ações de Arborização e Rearborização - processo polémico a que ficou associado juntamente com a Ministra Assunção Cristas, após a aprovação deste Regime pelo Governo no ano passado.

A manter-se, a ausência de políticas públicas florestais para um desenvolvimento sustentável constitui uma grande preocupação para a Quercus, que vai solicitar muito em breve esclarecimentos à senhora Ministra da Agricultura e do Mar, nomeadamente sobre a razão das florestas e do desenvolvimento rural não terem um Secretário de Estado dedicado. 🌱



Sobreiro

a Paula Sarmento



DA

Paula Alexandra Sarmento é mestre em Geo-Recursos (IST) e licenciada em Engenharia do Ambiente (FCT/ UNL). Desempenhou funções no setor privado no domínio da indústria da fileira florestal e no setor empresarial do estado, no domínio da indústria mineira e aproveitamentos hidroagrícolas e de fins múltiplos. Desde 2005 que exerce funções de Direção superior em várias entidades tuteladas pelos Ministérios do Ambiente e da Agricultura, ocupando desde 2012, o cargo de presidente do Conselho Diretivo do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. Destaca-se a experiência profissional no domínio da gestão de recursos naturais, gestão ambiental na indústria, avaliação de impacte ambiental, e processos de consultoria na área do ambiente.

“JULGO QUE A QUESTÃO DO “EXCESSO DE REGULAMENTAÇÃO” NÃO SE PODE APLICAR AO REGIME DE CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ZIF”

A criação do ICNF, com as duas grandes áreas de intervenção que juntou (conservação da natureza e florestas) foi uma aposta que certamente já terá alguns resultados visíveis neste momento. Qual é o balanço que faz do trabalho desenvolvido pelo Instituto ao longo destes dois anos e do próprio processo de fusão que existiu?

O balanço é muito positivo, conseguiu-se uma melhor utilização dos meios públicos, uma vez que os recursos naturais tutelados e os territórios em grande medida se sobrepõem, resultando ainda da articulação destas temáticas políticas setoriais melhor fundamentadas.

Neste contexto, refere-se o Parque Natural de Montesinho onde a componente florestal é dominante e toda a sua gestão se faz em redor destes ecossistemas e do regime florestal. Não se pode deixar também de destacar a relevância da gestão cinegética para a promoção da biodiversidade, citando-se como exemplo emblemático o papel do Coelho-bravo como uma das principais espécies cinegéticas em Portugal e simultaneamente uma das mais relevantes espécies presa na base da cadeia alimentar da fauna portuguesa, com particular importância na conservação de espécies com estatuto de proteção elevado como sejam o Lince-ibérico, a Águia-real e a Águia-imperial. A criação do ICNF, I.P. permitiu assim potenciar sinergias ao nível da gestão de territórios, otimizando a organização, integração e gestão não só de recursos humanos e materiais mas também de todo o património natural, procurando incrementar e consolidar um maior envolvimento dos atores do desenvolvimento territorial.

E em relação ao ponto de situação presente? Que dificuldades ainda são sentidas e quais são neste momento as grandes prioridades do ICNF?

Decorrendo a fusão num contexto de forte contenção orçamental, nem sempre os ambiciosos objetivos podem ser cumpridos na íntegra ou todas as oportunidades aproveitadas. O rejuvenescimento do valioso quadro de pessoal do ICNF, a progressiva integração de políticas e estratégias e o incremento das parcerias com todos os agentes interessados na promoção das florestas e na conservação da natureza, certamente reforçarão a nossa capacidade de garantir uma adequada e sustentável valorização dos recursos naturais.

A autoridade nacional da conservação da natureza investiu muito do seu trabalho nos últimos anos na inventariação dos valores naturais, classificação do território e desenvolvimento de instrumentos de ordenamento. Presentemente todas as áreas protegidas possuem plano de ordenamento aprovado e em vigor. Vamos agora investir nos instrumentos de gestão destas áreas e na sua valorização, alicerçada numa relação próxima com as comunidades locais e em modelos de desenvolvimento cujo catalisador sejam os valores naturais.

O desenvolvimento económico e a conservação da biodiversidade constituem

dois pilares indissociáveis, sendo o desafio constituir a biodiversidade como fator de valorização económica. Destaca-se a importância crescente do turismo de natureza e da certificação de produtos de qualidade, nomeadamente pela utilização de marcas, como é o caso da marca “Natural.PT”, que visa potenciar o valor dos produtos locais e das atividades económicas tradicionais, associadas aos valores naturais e paisagens das áreas classificadas.

Na área das florestas a gestão sustentável dos recursos, base de fileiras silvo industriais e a proteção do território e dos ecossistemas contra os incêndios, pragas, doenças e invasoras lenhosas, promovendo a gestão profissional dos espaços florestais, continuam a ser as linhas essenciais de atuação. Em ambos os casos a valorização dos ecossistemas e dos recursos é uma condição sine qua non para a sua adequada conservação, razão da importância da união destes setores da administração pública.

A Atualização da Estratégia Nacional para as Florestas (ENF) esteve recentemente em Auscultação Pública, contudo foi sujeita a críticas de diversas entidades, tendo sido aprovada uma Resolução da Assembleia da República com recomendações. Concorda que deveria existir uma discussão mais abrangente na sociedade sobre este assunto?

A atualização da ENF iniciou-se com um trabalho de avaliação, efetuado por uma entidade externa, trabalho esse que está disponível no portal do ICNF e foi objeto de sessões públicas de apresentação, nas quais foi patente que as conclusões da avaliação foram, no geral, subscritas pelos agentes do setor.

A versão que esteve em auscultação pública recebeu, como seria expectável, diversos comentários tendo a Assembleia da República entendido ouvir também os parceiros e pronunciar-se. Foi assim promovida uma alargada divulgação e ponderadas as críticas, como se verificará na versão final resultante da compatibilização e ponderação das diversas visões dos parceiros.

O regime jurídico aplicável às ações de arborização e re-arborização (RJAAR) apresentado pelo ICNF e aprovado pelo Governo no ano passado, foi alvo de fortes críticas de diversas entidades e especialistas. O ICNF está disponível para regular condicionantes de ordenamento florestal no âmbito das (re)arborizações?

Tal como sucedeu com a atualização da ENF, este diploma legal mereceu uma ampla discussão pública, em que a ponderação dos resultados foi devidamente incorporada na versão final aprovada. Da comparação entre as versões, inicial e aprovada, resultam evidentes as melhorias introduzidas, em resultado da ponderação dos contributos recebidos. Devo salientar igualmente o registo maioritário de posições favoráveis emitidas por um largo espectro de parceiros, sendo consensual a necessidade de alterar os vários regimes vigentes, obsoletos e desarticulados entre si.

Quanto às condicionantes de ordenamento florestal, as melhorias são evidentes: as leis e regulamentos aplicáveis às arborizações são hoje aplicados de uma forma global, o que não sucedia nos regimes anteriores, mesmo para arborizações com espécies florestais de rápido crescimento. Atualmente as figuras magnas do ordenamento florestal – os Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) e os Planos de Gestão Florestal (PGF), são devidamente aplicadas, bem como aquelas associadas à conservação da biodiversidade, permitindo ao país ter uma noção clara das dinâmicas de alteração de uso do solo e de ocupação florestal e atuar em função dos objetivos nacionais de política florestal (e de outras políticas nacionais incidentes nos espaços silvestres).

A floresta portuguesa tem vários problemas sanitários com ataque de pragas e doenças que têm sido pouco combatidas. O declínio dos montados de Sobreiro e Azinheira é preocupante sobretudo no Alentejo. Apesar do assunto ser complexo, que medidas tem o ICNF previstas para conter o declínio dos montados?

O declínio dos montados de Sobreiro e Azinheira, entendido como um processo de mortalidade anormal, permanente, lento, com vários fatores envolvidos, atinge severamente algumas zonas de povoamentos daquelas espécies, sobretudo no Sul do País.

Para que se possa atuar e aplicar as medidas adequadas a cada situação, é necessária a identificação e delimitação cartográfica das áreas de declínio, fundamentando as decisões em termos de planeamento, gestão e intervenção. Assim, o ICNF está a desenvolver com a Universidade de Évora um projeto denominado “Estudo da evolução da mortalidade de sobreiro e azinheira com identificação da área de coberto com sinais de declínio em Portugal”.

Também decorre uma colaboração com a Universidade do Algarve, cujo objetivo é estudar a afetação e resposta das florestas europeias a agentes patogénicos invasores, bem como desenvolver meios para mitigar o seu impacto, sendo uma das tarefas a pesquisa de *Phytophthora spp.*, agentes responsáveis por alguns dos mais devastadores problemas fitossanitários que afetam espécies lenhosas e ecossistemas naturais, essencialmente disseminados e instalados por via da utilização de materiais florestais de reprodução.

O ICNF, em colaboração com organizações de produtores florestais, promoveu também ações de sensibilização sobre podas e mobilizações de solo com enfoque nas consequências de práticas incorretas no estado de vitalidade do arvoredo, podendo desencadear um processo de declínio ou agravar o já existente.

Também a Murchidão provocada pelo Nemátodo-da-madeira-do-pinheiro continua a propagar-se no centro do País sem que existam abates fitossanitários em diversas áreas. Quais são os meios afetos para o controle efetivo do NMP?

A questão do Nemátodo-da-madeira-do-pinheiro (NMP) em Portugal é uma das que tem merecido maior atenção e afetação de recursos pelo ICNF e pelas demais entidades com responsabilidade na área fitossanitária. No que respeita às componentes a cargo do ICNF, só a prospeção e amostragem destinada à deteção da presença da doença durante a última campanha compreendeu a monitorização de 12.271 parcelas e a recolha de 9.363 amostras ao nível nacional, com particular incidência na Zona Tampão (junto à fronteira com Espanha), abrangendo um total de 70 técnicos e outros trabalhadores do ICNF. A atuação, no que respeita ao controlo do NMP, tem incidido na realização de ações de identificação e eliminação de exemplares de coníferas hospedeiras do NMP que apresentam sintomas de declínio, com particular incidência para os exemplares localizados na Zona Tampão, no sentido de conter a sua expansão para outras regiões ibéricas.

Só no ano civil de 2013 foram eliminados cerca de 2,6 milhões de exemplares de coníferas hospedeiras do NMP



Fogo Controlado

com sintomas de declínio, dos quais cerca de 2% localizados na Zona Tampão e cerca de 81% localizados nos Locais de Intervenção, através da atuação dos proprietários e gestores florestais e também por ação do Estado, através do ICNF, em substituição dos legítimos titulares. É de relevar que o ICNF tem também em execução desde junho e até 2015 uma aquisição de serviços especializados de corte e destroçamento no montante global de mais de 1,5 milhões de euros. Estão também definidas áreas prioritárias para intervenção, que não na Zona Tampão, com o objetivo de reduzir os focos de infestação e evitar a dispersão do NMP para novas áreas.

O Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) foi amplamente discutido com diversas entidades na sociedade civil, constituindo um documento estruturante, no entanto, continua a faltar a aposta na prevenção para reduzir os impactes dos incêndios. Que medidas o ICNF pode desenvolver para aumentar e melhorar a gestão florestal?

São muitas as linhas de atuação visando uma maior proteção das florestas face aos incêndios através do reforço da gestão profissional dos recursos florestais. Desde logo cito a criação e atividade das ZIF, dos PGF e da atividade de gestão direta prosseguida pelo ICNF nas matas públicas e nos baldios.

O Programa Nacional de Sapadores Florestais, constitui um dos pilares fundamentais para a execução não só das medidas de gestão florestal, mas também de vigilância e de combate (primeira intervenção e do rescaldo). Ao nível do planeamento de defesa da floresta contra incêndios, há uma evolução positiva na elaboração da 2.ª geração de planos municipais. Da monitorização destes planos resulta informação relevante para priorizar as ações a concretizar com vista à redução de combustível. Relativamente à rede primária, o ICNF tem em desenvolvimento um projeto de execução de 250 km de rede com a colaboração do Exército Português, o qual acresce ao desenvolvido com meios próprios. A promoção do uso da técnica do fogo controlado para a instalação de faixas e de mosaicos de gestão de combustível é outro dos objetivos, tendo o número de técnicos credenciados em fogo controlado, bem como de operacionais de queima, vindo a aumentar de forma gradual.

As ZIF – Zonas de Intervenção Florestal são demasiado regulamentadas e poucas estão operacionalizadas com gestão no terreno. O ICNF pondera a simplificação destas Zonas?

Julgo que a questão do “excesso de regulamentação” não se pode aplicar ao regime de criação e funcionamento das ZIF, o qual foi revisto recentemente. Assim, para além de se clarificarem alguns aspetos processuais relativos à sua constituição e atuação, foi também esclarecida a questão da operacionalização dos PGF e de intervenção florestal, concedendo o maior protagonismo e capacidade de ação às entidades gestoras de ZIF.



Flora ripícola

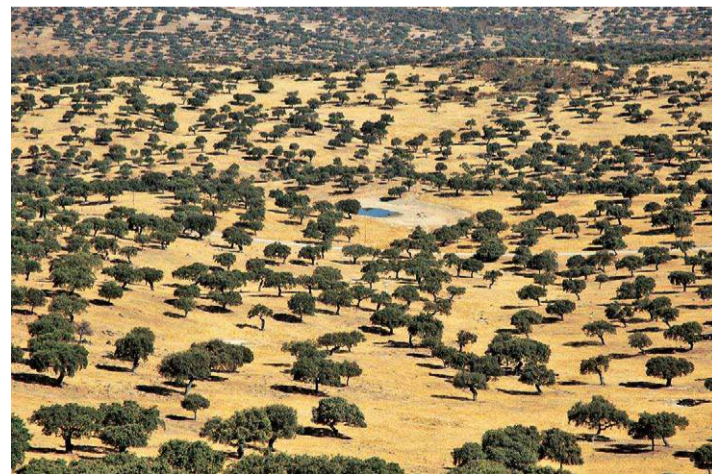
Destaco a importância de garantir um equilíbrio entre a necessidade da execução “coerciva” de ações de gestão e proteção florestal, que se revistam de interesse público, e a salvaguarda do direito de propriedade. Assim, não podemos entender por simplificação a ação coerciva em terrenos privados por parte das entidades gestoras das ZIF, à revelia dos proprietários, o grande desafio é envolver os proprietários, que devem participar na decisão de aprovação dos planos e participar na sua execução ou, em alternativa, apresentar um plano de gestão próprio.

A questão dos financiamentos e da dificuldade da entidade gestora poder ser, ela própria, beneficiária e apresentar projetos para a intervenção no espaço florestal da ZIF é porventura uma das dificuldades maiores, sendo uma questão que se está a procurar resolver no âmbito dos apoios previstos no PDR2020. Refira-se, no entanto, que tal não tem sido impeditivo do apoio dado pelo Fundo Florestal Permanente às ZIF, nem do sucesso que muitas ZIF têm demonstrado na realização de ações de proteção da floresta, muitas vezes com recurso a financiamento do ProDer.

Acresce ainda a possibilidade dos aderentes das ZIF poderem constituir-se em sociedades de cariz comercial, permitindo potenciar mais a gestão conjunta, com ganhos de escala essenciais para a valorização dos recursos naturais do seu território. 🌱



Serra da Nogueira



Montado

PLANO DE AÇÃO CONTRA A VESPA ASIÁTICA: MAIORIA DAS MEDIDAS AINDA NÃO SAIU DO PAPEL

Direcção Nacional

O “Plano de Ação para a Vigilância e Controlo da *Vespa velutina* em Portugal”, elaborado pela Direcção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), o Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV) e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), peca essencialmente por falta de implementação, mas levanta também várias questões importantes que podem pôr em causa a sua eficácia e a proteção da biodiversidade em Portugal.

Passados 10 anos da introdução, em França, da *Vespa velutina nigrithorax*, vulgo vespa asiática, e três anos depois da sua chegada a Portugal, as autoridades tardam em implementar um plano eficaz de luta contra esta espécie invasora. A vespa asiática chegou a Viana do Castelo em 2011 e a sua expansão geográfica e demográfica foi muito rápida, estando já bem instalada nas regiões do Douro Litoral e Minho e continuando a progredir para sul e este.

A revisão ao Plano de Ação, apresentada recentemente, suscitou à Quercus sérias dúvidas. Apesar de, no geral, o plano fazer uma boa análise da situação e de como agir, não é verdadeiramente um ‘Plano de Ação’ como o seu nome indica, pois não apresenta um plano de implementação com datas, metas e responsabilidades bem definidas.

Quando é que o plano vai começar verdadeiramente a ser implementado?

O plano parece remeter tudo para o futuro quando já se passaram três anos desta espécie invasora em Portugal e temos já uma invasão descontrolada, com muitos apicultores afetados. Desconhecem-se quais os meios disponíveis ou que vão ser disponibilizados para combater a invasão.

Segundo o plano, a comunicação de avistamentos de *Vespas velutinas* e respetivos ninhos terá de ser feita exclusivamente através do preenchimento de um formulário disponível numa página de Internet. A própria linha SOS AMBIENTE vai encaminhar as pessoas para o site. A Quercus apela, assim, ao ICNF e à DGAV para facilitarem o processo de comunicação de avistamentos. O processo descrito no plano corresponde a uma burocratização desnecessária e a um obstáculo na contribuição da população.

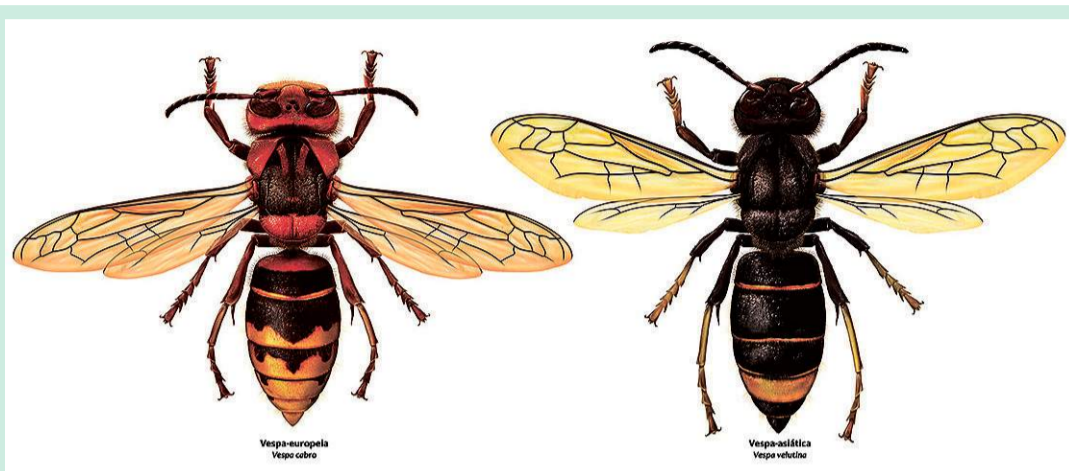
A página de Internet anunciada múltiplas vezes no plano, e que parece ser um elemento central na implementação do mesmo, ainda não existe. **Quando é que estará online a página vespavelutina.pt?**

O Plano de Ação diz também que a responsabilidade da destruição dos ninhos é da respectiva Câmara Municipal. Através do contacto com algumas autarquias e de relatos na comunicação social de autarquias afetadas, **é visível o desconhecimento e descoordenação das Câmaras Municipais e a sua falta de preparação.** A luta contra a *Vespa velutina* tem uma abrangência nacional e uma forma de atuação igual, independentemente do concelho. Mais ainda, a destruição de ninhos exige equipamento e preparação muito específicos, pelo que a Quercus pergunta: não será mais sensato haver uma entidade preparada a nível nacional para destruir os ninhos?

A Quercus defende que há **necessidade de um plano de conservação das vespas autóctones**, que podem ser uma peça importante no combate à expansão da vespa asiática. Isto porque em Portugal também existem vespas grandes que predam abelhas, como é o caso da *Vespa crabro* que, por serem confundidas com as vespas asiáticas, estão a ser perseguidas e apanhadas nas armadilhas para capturar vespas asiáticas. Daí que a Quercus queira ver o Plano de Ação a ser implementado com especial atenção à biodiversidade autóctone e com uma forte componente de sensibilização de apicultores e população em geral para não colocar ainda mais em risco a biodiversidade portuguesa.

Quercus lançou a campanha SOS Polinizadores

Preocupada com o declínio dos insectos autóctones, a Quercus lançou este ano a campanha SOS Polinizadores (<http://polinizadores.quercus.pt>) da qual irão em breve fazer parte materiais de sensibilização sobre as vespas autóctones e a *Vespa velutina*.



Vespa crabro e *Vespa velutina*

A propagação das espécies exóticas e invasoras é uma das principais causas da perda de biodiversidade e de degradação dos serviços de ecossistemas em toda a União Europeia e no mundo. Só na UE, o custo económico das espécies exóticas e invasoras estima-se em pelo menos doze mil milhões de euros por ano (12.000.000.000 / ano). Já o valor económico dos serviços de polinização foi estimado em cerca de 160 mil milhões de euros a nível mundial. Embora já esteja incluída no Plano de Ação a colaboração do INIAV, a Quercus sugere que sejam criadas **bolsas de investigação específicas para as Universidades desenvolverem formas de luta e prevenção** como, por exemplo, armadilhas específicas para a *Vespa velutina*.

A Quercus é também da opinião de que se deve **apostar mais na prevenção**. Após a introdução da *Vespa velutina* em Bordéus, França, em 2004, as autoridades portuguesas tiveram tempo mais do que suficiente para se prepararem para esta invasão, a qual já se esperava que atingisse Portugal mais tarde ou mais cedo. Em 2011, quando se avistaram e identificaram as *Vespas velutinas* em Viana do Castelo, deveriam ter sido alocados muitos mais recursos para a eliminação dos ninhos pois a invasão ainda estaria numa fase de mais fácil contenção.

Está em curso na Europa, e especificamente em Itália, o início de mais uma praga para a apicultura, uma praga que muitos dizem ser a pior de todas, que é o Pequeno-escaravelho-das-colmeias, *Aethina tumida*. **A Quercus apela para que as autoridades portuguesas acompanhem o progresso de mais esta espécie invasora**, numa perspetiva de prevenção, de preparação atempada e não de remediação.

No caso da vespa asiática, não só as autoridades portuguesas não se prepararam atempadamente como, mesmo passados três anos após a sua introdução, ainda estão mal preparadas e a adiar a implementação do Plano de Ação. 🐝



Ninho de vespa asiática

RESERVA NATURAL DO ESTUÁRIO DO SADO: PATRIMÓNIO AMEAÇADO

Direcção Nacional e Direcção do Núcleo de Setúbal

Assinalou-se no passado dia 1 de Outubro o 34º aniversário da criação da Reserva Natural do Estuário do Sado (RNES). À semelhança do que tem sido feito este ano para outras Áreas Protegidas, a Quercus fez uma retrospectiva do que foi feito de positivo e negativo nesta Área Protegida e traçou cenários com base na definição de ameaças e na identificação de oportunidades.

Os estuários constituem um recurso natural de notável importância pelo alto nível de produtividade primária que evidenciam, pela diversidade de habitat que englobam, pela riqueza de fauna e flora que encerram, por constituírem locais de reprodução e “viveiros” para muitas espécies, pela capacidade de produção de proteínas animais, por serem suporte de numerosas cadeias alimentares e estarem na base de sistemas mais vastos de grande interesse económico. Foi para garantir a salvaguarda e a sustentabilidade dos recursos que, em 1980, foi criada a Reserva Natural do Estuário do Sado, na altura um espaço natural muito ameaçado pelas actividades económicas na sua envolvente, mas que apresentava ainda um elevado valor ecológico, científico e económico que era urgente defender. Assim sendo, foram protegidos 23160 hectares, onde estão identificados mais de 30 tipos distintos de habitats classificados, entre os quais se destacam as formações dunares, as comunidades das zonas submersas e entre-marés, extensos sapais e habitats de água doce. Ao nível da flora o elenco é vastíssimo e também muito importante no contexto nacional. O património faunístico é igualmente bastante expressivo, estando registadas 261 espécies de vertebrados, sendo as aves as espécies mais representativas, em particular as aquáticas. O estuário do Sado constitui um verdadeiro local de crescimento para inúmeras espécies de peixes e de moluscos com grande interesse biológico e comercial e é ainda uma região de grande importância para o Roaz-corvineiro (*Tursiops truncatus*), espécie emblemática da cidade de Setúbal, também conhecido localmente por “Golfinho-do-Sado”, onde se encontra actualmente presente uma comunidade de cerca de três dezenas de animais.

Devido às suas características, a Reserva Natural do Estuário do Sado está inserida quase na sua totalidade na Rede Natura 2000 através da criação da Zona de Protecção Especial para Aves Selvagens “Estuário do Sado” e do Sítio de Importância Comunitária “Estuário do Sado” e encontra-se ainda inserida na Lista de Sítios da Convenção de Ramsar, que inclui as zonas húmidas de importância internacional. Para aumentar o valor de conservação do património natural da reserva ao longo destes 30 anos, foi regulamentada a atividade de observação de cetáceos nas águas de Portugal Continental, foram estabelecidas restrições ambientais à utilização turística, foram estabelecidos modelos de gestão agrícola e florestal, para exploração pecuária e aquícola, foi interdita a exploração de inertes e ainda foi desenvolvida investigação científica no domínio da gestão de zonas húmidas.

Apesar de todos os valores naturais que tornam a RNES um local único para a conservação da biodiversidade, esta tem vindo a ser afetada por vários factores que degradam o ecossistema e colocam em causa os objectivos da sua criação. A degradação paisagística recorrente das actividades humanas em redor constitui um grande flagelo nesta área protegida, com a crescente ocupação urbana, construção de segundas habitações e empreendimentos turísticos, implementação de áreas industriais e de terminais portuários no estuário, aumento da navegação, areeiros em exploração ou abandonados e sucatas. A degradação da qualidade das águas superficiais e subterrâneas, pese embora se verifique uma melhoria assinalável, deve-se ao deficiente funcionamento das ETAR dos aglomerados da bacia hidrográfica e dos sistemas de tratamento de indústrias, bem como ao fenómeno de poluição difusa, provocado pelo uso inadequado de fertilizantes, resultantes da exploração agrícola e florestal extensiva, bem como da cultura intensiva do arroz praticada na área do Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Sado. A invasão dos habitats por espécies de flora e fauna exóticas constitui outro grave problema, destacando-se a presença do Chorão e de acacia de *Acacia spp.* com maior incidência na Península de Tróia, de Gambúsia (*Gambusia holbrooki*) e do Bico-de-lacre (*Estrilda astrild*). Entre outros factores perturbadores da fauna selvagem, estão o abandono de salinas e a inexistência de controlo dos níveis de água originando perda de posturas de aves nidificantes, as actividades humanas como a caça furtiva, a navegação, a pesca ilegal com redes de arrasto e outras artes proibidas, e o turismo desordenado.



Sapal e moinho de maré na Herdade das Mouriscas

Esta área é ainda ameaçada por vários factores como a intensificação agrícola, a sobre-exploração dos recursos bentónicos, a poluição industrial, urbana e agrícola, o abandono das actividades tradicionais, o desenvolvimento de grandes projetos industriais e turísticos essencialmente na faixa litoral e, ainda, riscos potenciados pelos efeitos das alterações climáticas, como a erosão do solo, o assoreamento de zonas húmidas e a perda de habitats e de solos agrícolas devido à subida do nível médio do mar.

Neste contexto, a Quercus volta a reiterar a necessidade de se adoptarem medidas de gestão apropriadas, de modo a alcançar o cenário de renaturalização dos habitats que consta no Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Sado, que visa a diminuição da ocupação humana e das actividades económicas existentes na reserva e a renaturalização dos povoamentos florestais, em que a conservação da natureza deve constituir o eixo central para orientar o planeamento de gestão da reserva. Entre os aspectos que carecem de atenção contam-se os seguintes:

- Implementar medidas que visem a conservação dos habitats litorais, das zonas húmidas, das aves nidificantes, de espécies vegetais endémicas raras ou ameaçadas e de habitats aquáticos e palustres e comunidades de aves associadas;
- Implementar um programa de erradicação de espécies exóticas, com a subsequente recuperação de habitats e a instalação de espécies autóctones, que permita resultados duradouros;
- Melhorar a fiscalização e vigilância na área da Reserva, com mais recursos humanos e meios materiais, permitindo um maior controlo sobre as actividades de caça e pesca, as actividades turísticas, o abate de espécies protegidas, a recolha ilegal de espécies da flora e a prevenção de incêndios;
- Criar um programa de sensibilização e de incentivos a práticas agrícolas sustentáveis e tradicionais;
- Promover a manutenção das salinas indispensáveis à conservação de uma série de valores naturais, evitando ou corrigindo determinadas práticas de pesca lesivas dos recursos haliéuticos;
- Assegurar um correcto tratamento de efluentes industriais e domésticos;
- Assegurar o correcto ordenamento da ocupação humana turística e dos usos recreativos, de forma a conciliar o seu usufruto com a conservação dos valores naturais em presença;
- Criar um programa específico de adaptação às alterações climáticas, dirigido a todos os estuários e lagunas costeiras, considerando a sua particular vulnerabilidade e os riscos de uma interrupção no fluxo de serviços dos ecossistemas. 🌿

QUERCUS ALERTA PARA EXPANSÃO DE MONOCULTURAS DE EUCALIPTO EM PORTUGAL

Direção Nacional da Quercus

A Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza aliou-se a outras organizações internacionais na divulgação do Dia Internacional contra as Monoculturas de Árvores, 21 de Setembro.

Entende-se por "monocultura" a produção agrícola ou florestal de uma só espécie. A prática monocultural é altamente lesiva para a biodiversidade, promovendo o aparecimento de novas pragas e o empobrecimento e erosão dos solos em larga escala.

As arborizações intensivas provocam a destruição dos recursos naturais, nomeadamente da flora e fauna, contribuindo para a degradação dos recursos hídricos locais, como resultado da ação combinada do uso massivo de agroquímicos e do elevado consumo de água por parte das monoculturas.

Com a entrada em vigor do novo regime de arborização em Portugal, desde Outubro de 2013, sem condicionante, tem-se constatado um aumento das monoculturas de eucalipto com os previsíveis efeitos negativos ao nível da conservação da biodiversidade, dos solos e das águas.

A Quercus considera preocupantes os impactos da nova vaga de expansão das monoculturas de eucaliptos, desde a destruição da biodiversidade à erosão acentuada dos solos, contribuindo para a ausência de ordenamento florestal, fator crítico na propagação dos grandes incêndios.

Neste sentido, para contribuir para o desenvolvimento sustentável da floresta portuguesa, a Quercus considera fundamental que o Governo aprove condicionantes de ordenamento florestal às monoculturas, nomeadamente o afastamento às linhas de água e a terrenos agrícolas cultivados para promover faixas de contenção aos incêndios florestais. 🌳

Para mais informações:

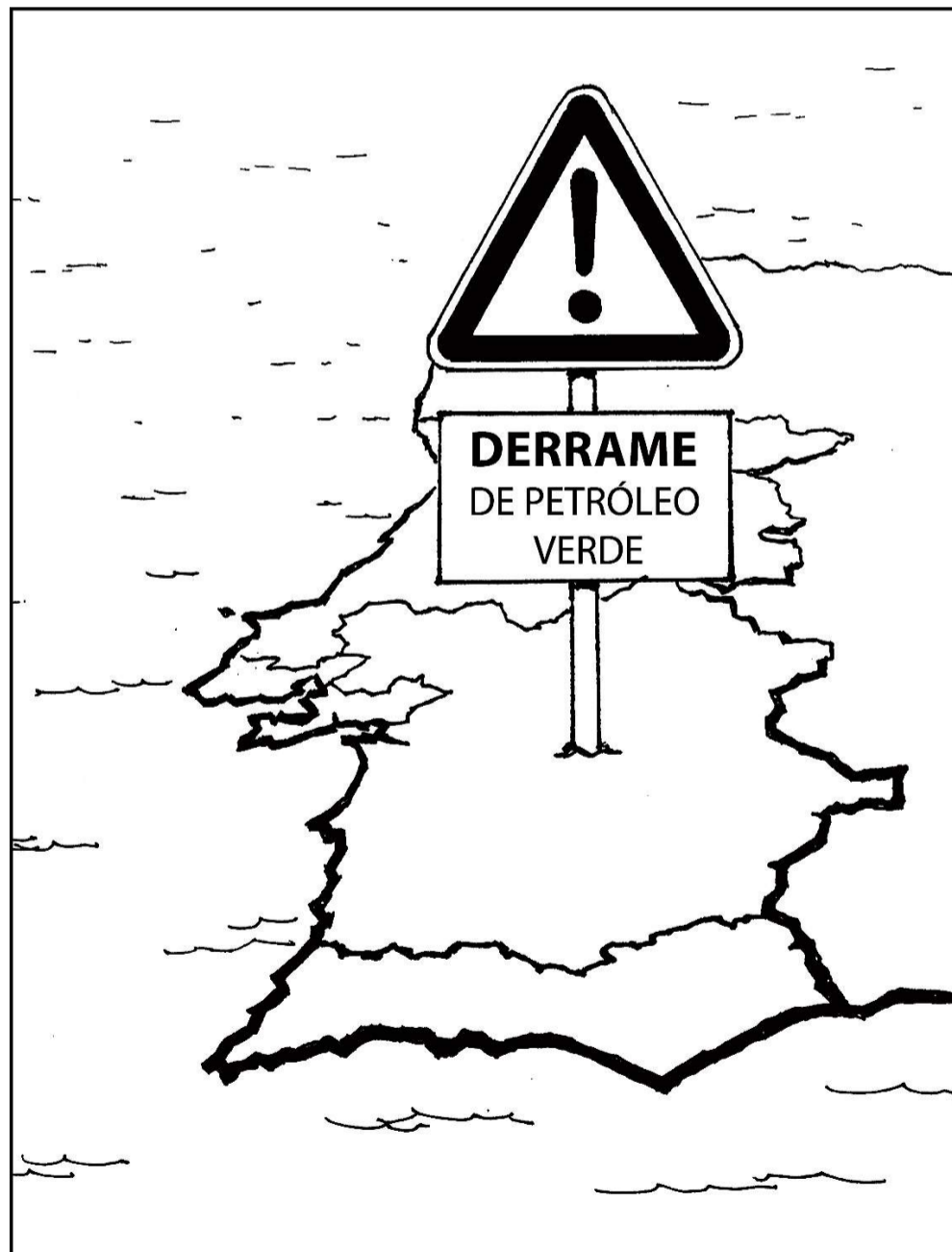
<http://wrm.org.uy/pt/acoes-e-campanhas/21-de-setembro-de-2014-10-anos-do-dia-internacional-de-luta-contra-as-monoculturas-de-arvores/>



Ricardo Marques

Eucaliptal

QUER TOON



Quertoon Network, desenho de Paulo Guerreiro

BIOMASSA (IN)SUSTENTÁVEL FÁBRICAS DE PELLETS: RISCO OU OPORTUNIDADE PARA A FLORESTA PORTUGUESA

A biomassa florestal é considerada um biocombustível de segunda geração por não competir directamente com a produção de culturas agrícolas alimentícias, sendo produzida a partir da celulose e de outras fibras vegetais presentes na madeira. Contudo, o assunto apresenta alguma controvérsia essencialmente devido aos impactes ambientais associados.

A necessidade de definição de critérios de sustentabilidade para estes biocombustíveis de segunda geração é fundamental para a manutenção do balanço de carbono, a gestão dos solos e da floresta, conservação da biodiversidade e a protecção dos recursos hídricos. Portugal é considerado um dos países europeus com mais potencial para a produção de bioetanol a partir de resíduos de biomassa resultantes dos sobrantes da exploração florestal. No entanto, actualmente são usuais outros produtos de biomassa como as pellets usados quer para aquecimento doméstico e comercial, quer para a produção de energia eléctrica.

A problemática das pellets

As pellets de madeira são pequenos blocos cilíndricos granulados de madeira, com uma constituição densa, seca e compacta. Constituem biocombustíveis sólidos fabricados a partir da madeira de resíduos florestais, que normalmente não são aproveitados e valorizados, resultantes da gestão das matas e desperdícios da indústria da madeira. Frequentemente é referido que as novas fábricas de pellets apenas consomem “resíduos” ou sobrantes da exploração florestal (como ramos, bicadas ou pontas das árvores), contudo, tal não corresponde à verdade. Quem verificar os parques de madeira das fábricas de pellets encontra troncos de pinheiros de grandes dimensões que vão ser triturados para biomassa e queimados posteriormente em salamandras ou caldeiras, o que não é eficiente em termos energéticos, se considerarmos a valorização que a madeira poderia ter em aplicações mais nobres, como o mobiliário, soalhos, entre outras. Em termos de balanço do carbono, a realidade é que o carbono armazenado na madeira das árvores vai ser queimado e transformado em dióxido de carbono (CO₂) libertado para a atmosfera, contribuindo para o aquecimento global. Ainda que a origem destas emissões de CO₂ não seja proveniente da queima de combustíveis fósseis extraídos do subsolo mas sim da floresta da biosfera, os seus efeitos cumulativos na atmosfera devem ser considerados, se o objectivo é evitar as consequências das alterações climáticas. Com o aumento do consumo e a combustão de biomassa, maiores serão as emissões de CO₂ para a atmosfera, mas também de outros compostos (como os óxidos de azoto, NOx, e as partículas, PM) que podem degradar a qualidade do ar, situação que não deve ser negligenciada sobretudo em zonas do país onde a biomassa é mais utilizada para aquecimento.

Em Portugal, a espécie florestal mais utilizada para a produção de pellets é o Pinheiro-bravo (cerca de 80%). Os restantes 20% provêm do Choupo, Eucalipto, Acácia e do Carvalho (segundo a ANPEB - Associação Nacional de Pellets Energéticos de Biomassa). No entanto, actualmente também existe consumo de Pinheiro-manso.

No país, a produção de pellets iniciou-se em 2005 e tem crescido significativamente ao longo dos últimos anos, sendo cerca de 690.000 toneladas em 2012. Este considerável crescimento da produção está directamente relacionado com o aumento do número de unidades de produção e capacidade de produção instalada, que por sua vez são consequência dos incentivos e subsídios que se começaram a atribuir a este sector em 2008.

Segundo dados de 2012, cerca de 90% da produção anual foi exportada enquanto que os restantes 10% foram consumidos no mercado interno.

Actualmente existem cerca de 24 fábricas de pellets em Portugal,



Domingos Patacho

Pinhal em regeneração após incêndio, gerido e sem gestão com elevada carga combustível



Domingos Patacho

Madeira de Pinheiro-bravo de elevado valor que por vezes vai para trituração em fábricas de pellets



Domingos Patacho

Parque de madeira da fábrica da Pellets Power 2 em Alcácer do Sal

predominantemente localizadas no Centro e Norte do país. Em 2008, existiam apenas 6 unidades de produção e em 2010 o número aumentou para as 16 unidades, mas em 2013 estavam já em funcionamento 23 fábricas. Os pellets não são a única forma de aproveitamento dos resíduos florestais. Existem outras indústrias como a dos aglomerados, das estilhas, entre outros, o que gera uma grande competição pela matéria-prima, sendo que é provável que a quantidade de biomassa disponível para utilização nestas indústrias não seja suficiente para as necessidades das diferentes indústrias.

A ANPEB, refere que a disponibilidade de matéria-prima é uma das maiores preocupações do sector, devido em grande parte à constante redução da ocupação do pinheiro-bravo na floresta portuguesa.

A situação é tão grave que a própria ANPEB emitiu uma carta aberta no passado dia 25 de Julho de 2013, alertando para a proliferação descontrolada de fábricas de pellets, co-financiadas ao abrigo do programa QREN. Estas aprovações de financiamento, de forma indiscriminada e sem regras, devem terminar, dados os riscos associados. Não faz sentido do ponto de vista da sustentabilidade e preservação de recursos o abate de árvores com o objectivo de utilizar a madeira para produzir energia.

Uma medida essencial seria a criação de legislação proibindo o uso de madeira de rolaria para serração ou outro fim, deixando os resíduos sobrantes da exploração florestal exclusivamente para a produção de pellets de biomassa para produzir energia.

Também é necessário que haja uma fiscalização das empresas de produção de pellets por parte do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), de forma a assegurar o cumprimento dos objectivos de sustentabilidade da floresta portuguesa, apenas com o uso de resíduos como matéria-prima.

Actualmente existem propriedades com gestão florestal certificada (pelo sistema FSC - Forest Stewardship Council) a vender madeira de pinheiros-bravos de grandes dimensões (70 centímetros de diâmetro) para fábricas de pellets triturarem em biomassa para energia, apesar da apreensão dos produtores florestais com o destino das suas árvores. Este resultado deve-se à subsidiação deste sector que está desregulado.

Oportunidade para a floresta, apenas se cumprir critérios de sustentabilidade

Os pellets e outro tipo de aproveitamento de biomassa podem ser uma possibilidade de revitalizar o sector florestal em Portugal, e de melhorar a gestão, valorizar e preservar esse recurso tão valioso que são as florestas. Com este objectivo, os desbastes e resíduos florestais passam a ser mais uma matéria de valorização e que acrescenta ainda mais importância à manutenção da floresta.

Caso seja implementada a regulamentação e a fiscalização adequadas tendo em consideração o uso responsável dos recursos da floresta, o aproveitamento para biomassa pode ser uma oportunidade de gestão para reduzir a carga combustível e, conseqüentemente, o risco de incêndios florestais recorrentes em grande parte do nosso território, minimizando os impactes ambientais associados. ❁



Domingos Patacho

Madeira para abastecimento da fábrica de pellets Enermontijo

TEMA EM DESTAQUE

Jorge Paiva

Centro de Ecologia Funcional. Departamento de Ciências da Vida. Universidade de Coimbra

A INOPERANTE DÉCADA DA BIODIVERSIDADE



Jorge Paiva

Floresta e Quedas de Kalandula do R. Luçala. Angola

A espécie humana possui características morfológicas, estruturais, genéticas e de comportamento únicas, isto é, não presentes nos outros seres vivos. Uma dessas características é guardarmos objectos (Património Material). Todos nós, logo desde crianças, gostamos de guardar e preservar as nossas coisas. Mesmo em épocas pré-históricas, o homem já tinha preocupações com o Património Material quando, por exemplo, guardava os objectos de sílex. É, pois, uma característica inerente à espécie humana. Quando um chalchal ou uma raposa enterra o resto de uma presa que não conseguiu comer de uma só vez, ou quando um esquilo esconde as castanhas ou as bolotas para comer mais tarde, na época de menor abundância na floresta, não estão a guardar Património Material, mas sim a preservar Património Biológico. A espécie humana (*Homo sapiens*), por ser inteligente, foi desenvolvendo qualidades e, a partir de certa altura, quando possuía já um certo discernimento, iniciou actividades culturais. As figuras rupestres não são mais que manifestações culturais do Homem Pré-Histórico. Mas a preocupação com o Património Cultural não nasce connosco. Só com algum discernimento e cultura é que começamos a preocuparmo-nos com o Património Cultural. Assim, só nos últimos 3-4 séculos nos estamos a preocupar com a preservação deste valioso Património. Porém, apenas a partir do século passado, particularmente nas últimas dezenas de anos, é que começamos a preocuparmo-nos com a preservação do Património Biológico, o único relevante para a sobrevivência da espécie humana. Acontece que todos nós sabemos que precisamos de comer para viver e crescer e que a comida é constituída por material biológico (vegetal, animal ou de outros organismos). Também toda a gente sabe que qualquer motor para trabalhar precisa de um combustível que, através de reacções químicas exotérmicas (combustão), liberta calor (energia) suficiente para que o motor funcione. Os carburantes (gasolina, gasóleo, álcool, gás, etc.) são compostos orgânicos com Carbono (C), Hidrogénio (H) e Oxigénio (O). Quando se dá uma reacção química, formam-se outros compostos, que, no caso da combustão nos motores mecânicos, são expelidos pelos tubos de escape.

Todos sabemos que o nosso corpo tem vários “motores”. O coração é um desses “motores” que está sempre a “bater” (trabalhar) e que não pode parar. Quando pára, morre-se. Se o coração é um motor, tem de haver um combustível para que este motor funcione. Esse combustível é a comida, que não é de plástico, nem são pedras, mas sim produtos vegetais, animais e de outros seres vivos. Essa comida que ingerimos é transformada no nosso organismo em energia (calor), através de reacções exotérmicas (digestão) semelhantes à referida combustão, que vai fazer com que os vários motores do nosso corpo, entre os quais o coração e os pulmões, trabalhem e nos mantenham vivos.

Na comida estão as substâncias combustíveis com Carbono (C), Hidrogénio (H) e Oxigénio (O), como são os hidratos de carbono

(açúcares, farinhas, etc.), lípidos (gorduras, como o azeite, a manteiga, etc.) e proteínas (na carne, no peixe, nas leguminosas, como o feijão, a fava, a ervilha, etc.). As proteínas, além do C, H e O, têm mais um elemento, o Azoto (N), que, apesar de nos ser muito útil em reduzida quantidade, é muito tóxico. Assim, tal como acontece com os veículos automóveis, da comida que ingerimos, o que não é transformado em energia é expelido do nosso corpo sob a forma de fezes. Mas nós temos de ter outro escape para o azoto, que é a urina.

Assim, qualquer pessoa entende que os outros seres vivos são o nosso combustível e que se não os protegemos e eles desaparecerem do Globo Terrestre, também nós vamos desaparecer, por ficarmos sem carburante.



Jorge Paiva

Impatiens buccinalis. S. Tomé

Todos os seres vivos necessitam dessas substâncias orgânicas como nutrientes (“combustíveis”). As plantas, porém, não precisam de comer, porque são os únicos seres vivos que são capazes de as sintetizarem (produzirem), “acumulando” no seu corpo o calor (energia) do Sol (a fonte de energia que aquece o Planeta Terra) com a ajuda de substâncias (CO_2 e H_2O) existentes na atmosfera e reacções químicas endotérmicas (fotossíntese). Como os animais não são capazes de fazer isso, têm que comer plantas (animais herbívoros) para terem produtos energéticos ou, então, comerem animais que já tenham comido plantas (animais carnívoros). Nós, espécie humana, tanto comemos plantas como animais, por isso, dizemos que somos omnívoros.

Entre as plantas, há enormes diferenças na quantidade de biomassa que produzem e no volume de gás carbónico (CO_2) que retiram da atmosfera e o de oxigénio (O_2) que libertam, como, por exemplo entre o que produz uma pequena erva anual e uma árvore que está todo o

ano ao sol. Entre as árvores, as maiores produtoras são as árvores da floresta tropical de chuva (pluvissilva), pois, por se encontrarem nas zonas equatoriais, têm o Sol não só praticamente na vertical, como tiram proveito de maior luminosidade, por os dias serem praticamente iguais durante todo ano. É, por isso, que é nestas florestas que não só se encontram os maiores seres vivos terrestres (árvores com milhares de toneladas de biomassa), como também são as florestas de maior biomassa vegetal. Portanto, são as florestas que podem alimentar não só os maiores herbívoros terrestres (elefantes), como a maior quantidade de outros herbívoros e uma enorme diversidade de organismos. As florestas tropicais são, pois, os ecossistemas terrestres de maior biodiversidade, são o “pulmão” do Globo por ser aí que se produz o maior volume de oxigénio (O₂) e são a região com maior acção “purificadora” do ar, por ser aí que as plantas absorvem o maior volume de gás carbónico (CO₂).

Mas os outros seres vivos não são apenas as nossas fontes alimentares, fornecem-nos muito mais do que isso, como, por exemplo, substâncias medicinais (mais de 80% dos medicamentos são extraídos de plantas e cerca de 90% são de origem biológica), vestuário (praticamente tudo que vestimos é de origem animal ou vegetal), energia (lenha, petróleo, ceras, resinas, etc.), materiais de construção e mobiliário (madeiras), etc.. Até grande parte da energia eléctrica que consumimos não seria possível sem a contribuição dos outros seres vivos pois, embora a energia eléctrica possa estar a ser produzida pela água de uma albufeira, esta tem de passar pelas turbinas da barragem e as turbinas precisam de óleos lubrificantes. Estes óleos são extraídos do “crude” (petróleo bruto), que é de origem biológica. O mesmo acontece com os aerogeradores.

Enfim, sem o Património Biológico (Biodiversidade) não comíamos, não nos vestíamos, não tínhamos medicamentos, luz eléctrica, energia, etc.. Por isso, a partir de dada altura (há cerca de 15-18 mil anos) domesticamos animais, plantas e outros seres vivos (fungos,



J. Paiva e *Caesalpinia echinata* (pau-brasil). Mata Atlântica. Brasil

bactérias, etc.) e reproduzimo-los para nos alimentarmos e para outros fins (animais de caça, animais de carga, animais de tiro, animais de lavoura, plantas medicinais, plantas têxteis, etc.). Aliás, os mais primitivos antepassados humanos eram herbívoros, depois colectores e caçadores e, após a domesticação de animais e plantas, agricultores e pastores. Além das plantas comestíveis que sempre utilizámos, conhecem-se documentos sobre plantas medicinais há mais de cinco mil anos, como são os documentados sistemas médicos chineses e o “ayurvédico” indiano. Assim, a maioria das pessoas considera que só é importante preservar os seres vivos que nos são úteis. Este tem sido um clamoroso erro, pois constantemente se descobrem utilidades de seres que menosprezamos e até de seres venenosos e letais. Assim, dos três Patrimónios (Material, Cultural e Biológico) o único essencial para a nossa sobrevivência é o Património Biológico, sendo, porém, aquele a que temos dado menos atenção e o que mais tardiamente tem merecido cuidados de preservação. Foi um descuido tremendo e continua-se a laborar no mesmo erro, pois a maioria dos governantes de todos os países ignora, quase em absoluto, a extraordinária importância que os outros seres vivos têm na nossa vida. Sem bens materiais e sem cultura pode-se sobreviver, mas sem as outras espécies, isso não é possível. Há povos que vivem praticamente nus. Também há muita gente sem cultura nenhuma e que sobrevive.

A BIODIVERSIDADE FLORESTAL

Muito pouca gente se apercebeu que depois de 2010 ter sido o “Ano Internacional da Biodiversidade”, o Secretário-geral das Nações Unidas,



Preguiça-tridáctila (*Bradypus variegatus*). Costa Rica



Pluvissilva e Pico de S. Tomé visto de Lema

Ban Ki-moon, lançou, nos finais de 2011, a “Década da Biodiversidade” para o período de 2011 a 2020. Estamos, pois em plena “Década da Biodiversidade”, em que as Nações Unidas se propuseram “promover a implementação de um plano estratégico sobre Biodiversidade e a sua visão de uma vivência em harmonia com a Natureza” e, praticamente, não só não se tem feito nada para a preservação da Biodiversidade, como também, nem sequer, se tem feito qualquer alusão a esta efeméride. Assim, pouca gente tem conhecimento e, muito menos se apercebe, que as actividades humanas têm causado, nas últimas décadas, uma diminuição da Biodiversidade centenas de vezes mais rápida da que é natural. Não se pode reverter a extinção de espécies, mas é possível evitar extinções futuras de outras espécies, se forem implementadas medidas seguras e duras, particularmente para as espécies que estão em elevado risco de extinção. Sabemos que as florestas, particularmente as equatoriais (pluvissilva), devido à elevada biomassa vegetal que elaboram diariamente, são ecossistemas de elevadíssima Biodiversidade. Apesar de se ter este conhecimento, continuam a ser derrubadas a um ritmo verdadeiramente alucinante e drástico: por cada 10 segundos é derrubada uma área dessas florestas correspondente à superfície do relvado de um campo de futebol. Se esta hecatombe continuar neste ritmo, o Globo Terrestre ficará sem floresta antes do fim deste século.

O mais grave é que na grande maioria dos países tropicais não se plantam árvores para recuperar as áreas desflorestadas. Embora as designadas “florestas de produção”, sejam ecossistemas de biodiversidade muito inferior à das florestas naturais, por serem maioritariamente mono-específicas, são extremamente relevantes pela elevada retenção carbónica (acção altamente purificadora e contribuinte para a diminuição do “efeito de estufa” global) e produção de oxigénio (as árvores são enormes fábricas naturais de oxigénio). Felizmente, há países que sabem viver da floresta, como, por exemplo, alguns países do Norte da Europa, pois replantam sempre um maior número de árvores do que o número das que abatem para comercialização. Desta maneira, têm, praticamente, sempre a mesma área de floresta. Infelizmente, no nosso país, apesar de plantarmos muitas árvores anualmente e termos uma vasta área de “florestas de produção”, a área florestada do país tem vindo a diminuir todos os anos, devido à grande quantidade anual de incêndios florestais devastadores (este ano foi excepção por termos tido um Verão relativamente chuvoso e de temperaturas anormalmente baixas). Portugal é um país que ainda não sabe, nem aprendeu, a viver da e com a floresta.

Assim, actualmente, restam no Globo Terrestre pouco mais de 20% da cobertura florestal que existia depois da última glaciação (Würm), isto é, após o início do período actual, o Holoceno (Antropogénico). Números da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) revelam que, na década de 2000 a 2010, a cada ano, globalmente, 13 milhões de hectares dessas florestas foram convertidos para outros usos. Por exemplo, no Brasil, que está entre os cinco países com maior área de floresta, a perda chegou a 2,6 milhões de hectares anuais. Da “Floresta Atlântica” brasileira (não confundir com “Floresta Amazónica”) restam menos de 6% da que existia quando os portugueses descobriram o Brasil. Estive, há pouco tempo (Agosto de 2014), nesta relíquia florestal e tive a felicidade de ver e tocar numa árvore, pertencente a uma espécie em elevado risco de extinção e de que eu só tinha visto exemplares cultivados; o célebre pau-brasil (*Caesalpinia echinata* Lam.), também designada pelos vernáculos ibirapiranga, ibirapita, ibirapitã, ibirapitanga, brasileto, muirapiranga, orabutã, pau-de-pernambuco, pau-rosado.

Enfim, se os governantes mundiais continuarem, teimosamente, a não querer ver o que está a acontecer, caminharemos para uma diminuição drástica de Biodiversidade florestal e rapidamente para um amplo deserto global, isto é um Globo Terrestre sem florestas e, praticamente, sem Biodiversidade. Estamos a transformar o Globo numa enorme Ilha de Páscoa, que esteve coberta de floresta antes da nossa espécie a ter habitado. Estamos em plena “Década da Biodiversidade” e não só a imprensa praticamente ignora a efeméride, como também não se têm levado a efeito quaisquer programas no sentido de travar a hecatombe para que caminha a Humanidade. 🌱



Interior da Mata Atlântica com *Dicksonia sellowiana*. Brasil

BIOGEOGRAFIA

NÚCLEO DO ALGARVE

Núcleo Regional do Algarve da Quercus

Quercus diz NÃO à Energia Nuclear em Portugal

No passado dia 6 de Outubro, o Núcleo Regional do Algarve juntou-se à Peace and Art Society no Evento Internacional de Arte "My Fukushima". O evento ficou marcado pela inauguração da Exposição "My Fukushima" no Mercado Municipal de Faro e por uma conferência na Universidade do Algarve sobre o tema Energia Nuclear, no qual participou o Presidente da Quercus - Nuno Sequeira. A exposição "My Fukushima" contou com as obras de artistas de vários países, que se inspiram nos poemas do livro do Poeta Japonês Taro Aizu, que retrata a situação atual da cidade de Fukushima após o desastre na central



Inauguração da Exposição de Arte My Fukushima

Mais um campo de Golfe no Algarve?

A Quercus apresentou na CCDR Algarve o seu parecer desfavorável referente ao Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do Campo de Golfe da Feitoria Fenícia a implementar, no concelho de Silves, numa zona classificada como Sítio de Importância Comunitária Arade/Odelouca, como Reserva Agrícola Nacional (RAN) e Reserva Ecológica Nacional (REN). O projeto é promovido pela empresa Feitoria Fenícia - Investimentos Agropecuários e Turísticos Lda., proprietária do terreno localizado na bacia do Rio Arade, especificamente nas margens da Ribeira de Odelouca, onde se pretende construir o campo de golfe. Este contempla a destruição de solos agrícolas, a afetação de 34 habitats em plena Rede Natura 2000, a destruição de linhas de água e a construção de bacias de retenção para rega e, a degradação da qualidade da água e dos solos devido ao uso de fertilizantes e pesticidas. O EIA não inclui alternativas à localização do projeto e desvaloriza a proximidade ao aquífero Querença-Silves, para além, de que são desconsiderados os 37 campos de golfe já existentes no Algarve, nomeadamente, 3 deles no concelho de Silves, o impacto na economia local será reduzido, considerando que o campo de golfe contém nas suas instalações serviços de restauração e ainda existe a possibilidade de construir um hotel na propriedade. Perante os factos apresentados, a Quercus volta a reiterar a necessidade de que a opção a adotar seja a não implementação do projeto, ou seja a opção zero, dado que é aquela que garante a perpetuação dos valores ambientais da região e, em especial, a manutenção da biodiversidade e dos valores faunísticos e florísticos que levaram à criação do Sítio Arade/Odelouca no âmbito da Rede Natura 2000, conferindo a este local um estatuto de proteção europeu. É ainda importante referir, que a região do Algarve sofre de um problema sério no que diz respeito ao ordenamento do território e ao cumprimento da legislação estabelecida, prevalecendo a aposta na destruição de áreas nucleares para a conservação da natureza, na desconexão dos corredores ecológicos e na fragmentação da paisagem, gerando um passivo ambiental que, silenciosa e paulatinamente, gerará novas despesas e incremento da dívida municipal.



Distribuição dos campos de golfe do Algarve

VisitAlgarve - Turismo de Portugal

"Minha Fukushima"

Exposição internacional de Arte, Mercado Municipal de Faro
De 6 a 31 de Outubro 2014
Inauguração às 10 horas, dia 6 Out.

Dezenas de artistas de diversos países de todo o mundo

Evento Inspirado no livro "My Fukushima" do Poeta Japonês Taro Aizu, que revela ao mundo a tragédia causada pelo terremoto e tsunami de 2011 e consequente destruição parcial das centrais nucleares na cidade de Fukushima que contaminou e continua a contaminar vastas regiões do Japão e de outros países e continentes

Organizado por:

PAS
peace and art society
Portugal

Gogoshi
ART PROJECT
Holanda

ArtNations
Alemanha

Cartaz da Exposição de Arte My Fukushima

NÚCLEO DE CASTELO BRANCO

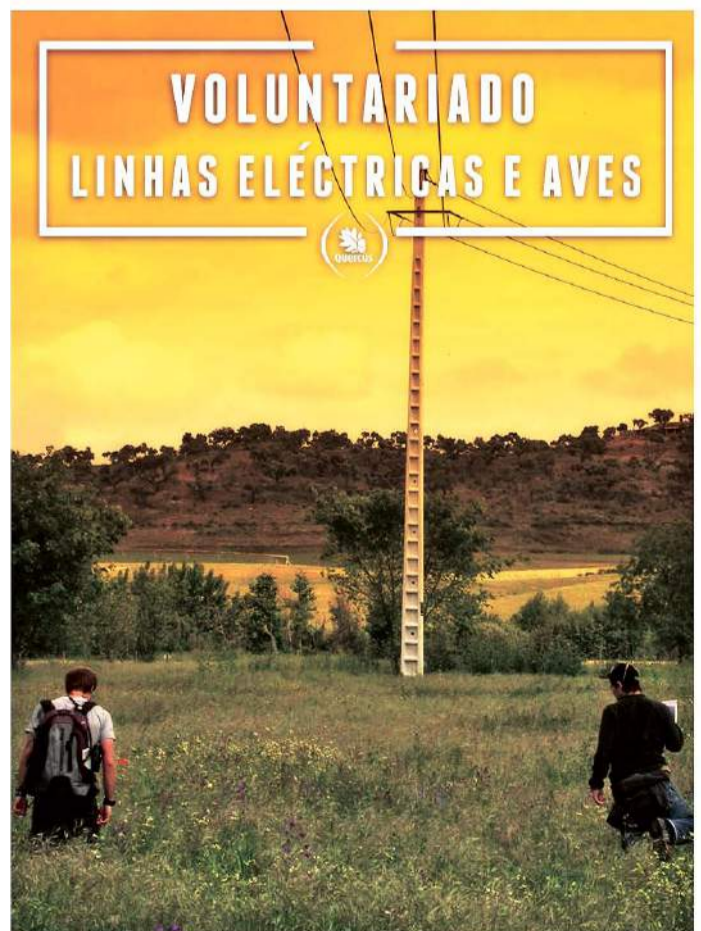
Núcleo Regional de Castelo Branco da Quercus

Precisamos de Voluntários para apoiar o trabalho de campo do projecto "Linhas Eléctricas e Aves".

As acções compreendem percorrer a pé trajectos sob o traçado de linhas eléctricas, com o objectivo de encontrar vestígios de mortalidade de aves selvagens por colisão e electrocussão nas linhas em áreas protegidas e IBAS áreas importantes para as aves.

Neste momento a Quercus-Castelo Branco realiza trabalho de campo mensalmente em Extremoz/Elvas, e várias vezes por ano em Mértola, no Tejo Internacional na zona centro e outros pontos no Alentejo. É necessária alguma resistência física, não é necessário experiência de identificação de aves, pois cada voluntário será acompanhado por uma colaborador com experiência. As despesas relativas a refeições e alojamento são asseguradas pela Quercus Núcleo de Castelo Branco.

Mais informações e ficha de inscrição em: <http://projecto.linhaselectricaseaves.tumblr.com/participa>



Voluntariado Linhas



Conferência My Fukushima

Iniciativa 15-15-15- Tiro a espécies protegidas

No ano em que o CERAS comemora 15 anos a Quercus divulga as 15 principais ameaças à biodiversidade e 15 medidas de protecção

O Centro de Estudos e Recuperação de Animais Selvagens de Castelo Branco (CERAS) é um projecto do núcleo regional de Castelo Branco da Quercus, com o apoio da Escola Superior Agrária de Castelo Branco (ESA) e de outros mecenas particulares. O CERAS tem como principal objectivo recuperar animais selvagens debilitados e devolvê-los ao meio natural. No ano em que celebra 15 anos, o CERAS está a promover a iniciativa 15-15-15, ao longo dos próximos meses um conjunto de iniciativas de divulgação de quinze ameaças e quinze medidas de conservação para a fauna selvagem da região. As iniciativas serão de diversa índole, como campanhas de informação, reuniões e encontros com municípios, entidades públicas, empresas e particulares, no sentido de agilizar e solicitar algumas medidas e actuações concretas. Para cada uma destas ameaças a Quercus irá divulgar alguns pequenos gestos e comportamentos que todos nós poderemos realizar no sentido de evitar algumas das principais ameaças à nossa fauna autóctone.

Ameaça - Tiro a espécies protegidas

Anualmente são abatidos ou feridos centenas de animais selvagens protegidos por lei. A Quercus tem trabalhado com os caçadores, população em geral, grupos escolares e autoridades no sentido de tentar acabar com esta prática ilegal. Os grupos de fauna mais afectados que deram entrada no CERAS foram as aves de rapina diurnas e nocturnas e alguns mamíferos. São abatidos e feridos a tiro anualmente centenas de animais de espécies tão diferentes como águias-calçadas, águias-cobreiras, abutres-pretos, gaviões, corujas, bufos-reais, cegonhas, garças, lontras, gatos-bravos, entre muitas outras espécies. O tiro é uma das principais causas de mortalidade de espécies em perigo de extinção como a Águia-imperial-ibérica ou o Lobo-ibérico. Nestes quinze anos temos assistido a uma redução gradual da percentagem de animais que dão entrada no CERAS por esta ameaça, que em 1998 era de 12% e em 2013 foi de 7%. Esta redução pode estar relacionada com um maior respeito e formação dos caçadores, e por uma diminuição no número de caçadores que baixou de 350 para 125 mil nos últimos 20 anos.

Zonas de caça e caçadores responsabilizados

A Quercus tem feito chegar as autoridades e federações de caça a informação sobre as zonas de caça nas quais tem ocorrido abates ou encontrado animais feridos, contudo é necessário adotar medidas mais fortes aplicando sanções administrativas e legislativas que acabem com esta prática ilegal e eticamente condenável.

O que todos podemos fazer?

Se encontrar uma animal selvagem ferido, morto, ou presenciar um abate deve ligar de imediato para a Linha SOS ambiente (808200520). Pode também passar a palavra, ser voluntário num centro de recuperação de fauna, tornar-se sócio de uma ONGA. Juntos vamos conseguir sensibilizar a opinião pública e as diferentes autoridades para a necessidade da responsabilização destes atos ilegais.

A Direcção do Núcleo Regional de Castelo Branco da Quercus

Mais informação sobre o CERAS em : www.quercus.pt/ceras
www.facebook.com/CERASCB
 Video : <https://vimeo.com/104882415>



15-15-15

III jornadas de emergências em fauna selvagem 7 e 8 de março de 2015 na Escola Superior Agrária de Castelo Branco

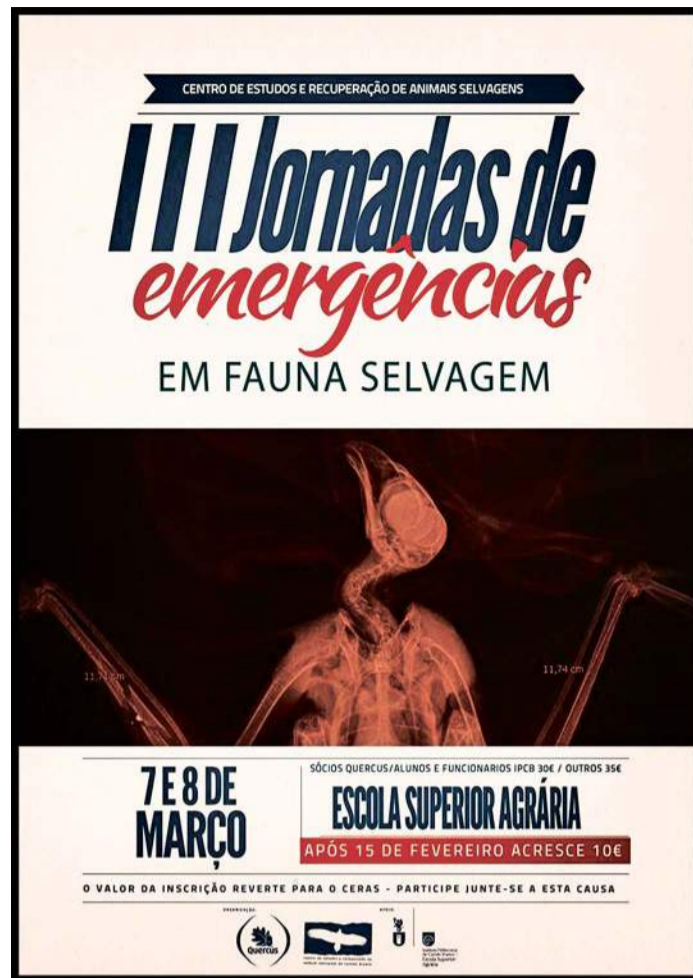
Destinatários:

Estudantes e Profissionais das áreas da Medicina Veterinária principalmente, Biologia e outras Ciências Ambientais, e todos os interessados em medicina e recuperação de fauna silvestre. Todos os fundos angariados revertem para o CERAS!

Pode consultar o programa completo em <http://tinyurl.com/q4p85ac>

Ficha de inscrição em <http://tinyurl.com/opkk7o2>

Mais informações: ceras.quercus@gmail.com



NÚCLEO DE BRAGA

Núcleo Regional de Braga da Quercus

Apresentação de um estudo sobre o Rio Este

Há mais de um ano atrás o Núcleo de Braga foi convidado a propor um desafio à Universidade holandesa de Wageningen, que aceitou com entusiasmo. Assim, apresentamos o rio Este, que nasce no concelho de Braga e atravessa o de Famalicão, desaguando no Ave já no de Vila do Conde; por sermos distritais este estudo cingiu-se aos dois primeiros concelhos. A turma de 30 alunos de pós-graduação em Ciências do Ambiente e de 14 nacionalidades e 3 professores fizeram "quartel-general" num hotel de Braga, onde ficaram alojados 12 dias, mas ficaram divididos em 5 grupos dispersos por troços do rio. À Quercus coube arranjar uma lista de contactos de stakeholders (autarquias, escolas, associações ambientais, CCDR-N, ARH-N, adoptantes de troços do rio, etc.), tratar de facultar mapas, arranjar alojamento, arranjar horários de transportes públicos, sala para a palestra de apresentação pública, divulgação e outras questões práticas. Reunimos com a turma mais do que uma vez e estivemos na apresentação pública.

No dia 2 de Outubro a sessão correu muito bem, o que entusiasinou a equipa de professores e alunos pois contavam com 5 ou 10 pessoas presentes e compareceram 42. Dentre as que reconheci estavam autarcas, professores, representantes de associações ambientais e técnicos camarários. A sessão foi muito animada pois, após a apresentação em si, foi pedido às pessoas que respondessem a questões com sim ou não, deslocando-se para junto do jovem que tinha essa palavra escrita num cartaz. Depois, em subgrupos tivemos de argumentar. No final concluiu-se que só com a participação de todos será possível fazer um trabalho sustentável, por menos dispendioso e que se preserve para o futuro pois respeitará a vontade de todos.

O essencial agora é manter os contactos entre todos, o que caberá, em princípio, à Quercus, começando a organizar-se atividades, adotando troços do rio Este (segundo o Projecto Rios), criando parcerias, indo para o terreno motivar pessoas e limpando as margens, criando acessos, denunciando situações, etc..

No final de Outubro a Universidade de Wageningen remeterá o relatório final, com todos os tratamentos de dados que lhes foram facultados entretanto. No final os docentes perguntaram se estaríamos interessados em repetir a experiência pois tinham gostado muito da cidade e dos alojamentos. Respondemos que sim, que desafios não faltavam, mas que poderia ser com outro Núcleo já que certamente que seria igualmente agradável. Vamos ver o que decidem!

Ana Cristina Costa

Observação de aves

O Núcleo de Braga organizou, no passado dia 5 de Outubro, uma visita ao Parque do Bom Jesus do Monte, em Braga, para uma manhã de observação de aves. O grupo reuniu-se por volta das 10 horas para iniciar a actividade. Apesar de não chover durante a observação, o céu estava muito cinzento o que dificultou a visualização das aves e, como se não bastasse, havia muita agitação de pessoas e ruído, o que também não é bom para esta tarefa. A nossa mais valia foi a presença de dois excelentes entendidos na área, Francisco Areias e Rui Santos, que, com astúcia, identificavam qualquer som ou movimento típicos da cada espécie. Os dados recolhidos foram entregues à SPEA (Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves) pois foi realizado no Fim-de-Semana Europeu de Observação de Aves, da responsabilidade dessa sociedade, bem como servirão para dar continuidade à monitorização das aves existentes no Parque do Bom Jesus do Monte.

Tiago Moreira



Observação de aves

Tertúlia “Apicultura em MPB”

Na sexta-feira, dia 10 de Outubro, pelas 21h30, decorreu mais uma vez, no café a Brasileira, em Braga, a tertúlia mensal associada ao Ano Internacional da Agricultura Familiar, desta feita sobre apicultura em modo de produção biológico.

Na presença de 30 pessoas, o Eng. Manuel Baptista, começou por definir o termo “apicultura” como a arte ou técnica de explorar as abelhas do género Apis, ao qual pertencem as que picam. Depois passou a expor as partes que constituem morfológica e fisiologicamente as abelhas e as diversas fases que atravessam ao longo da sua vida média de 40 dias. Não podia deixar de abordar também a vida dos zangões e da rainha, assim como as causas do enxameamento, a pilhagem e a síndrome do desaparecimento das abelhas, após o que se debruçou sobre o MPB e as suas vantagens e desvantagens.

O tema em que se centraram as questões dos participantes foi a *Vespa velutina* e seu controlo, já que é uma preocupação de todos os residentes no norte do país e, principalmente dos apicultores, já que está a espalhar-se rapidamente e, até ao momento, quem tem vindo a destruir os ninhos é a Protecção Civil e, em alguns locais, os apicultores, a título individual ou em associações mas sem grande organização nem, muitas das vezes, formação.

Ana Cristina Costa

Campanha “Clean up the world”

Decorreu no terceiro sábado do mês de Setembro (aliás como temos feito há mais de 10 anos), a campanha “Clean up the world” (Limpar o Mundo, Limpar Portugal). A tarde estava quente mas, depois de uma semana de inundações em Braga, não estávamos seguros se iria aguentar sem chover. Assim, só estavam 10 participantes inscritos e que, por essa razão, só o fizeram muito em cima da data. Em contrapartida tivemos a colaboração dos órgãos de comunicação local, que entrevistaram e fotografaram o grupo.

Confirmou-se mais uma vez que a quantidade de resíduos está a diminuir neste trajecto, em relação aos anos anteriores, o que é motivador. 🌱

NÚCLEO DA GUARDA

Núcleo Regional da Guarda da Quercus

Ciência Viva no Verão

No âmbito do programa Ciência Viva no Verão, promovido pela Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, o núcleo da Quercus – Guarda participou mais uma vez, promovendo 9 actividades dentro da temática “Biologia no Verão”.

Este ano a temática repartiu-se por 2 abordagens específicas:

Biodiversidade e Borboletas Nocturnas.

As actividades com o tema “À descoberta da biodiversidade da Guarda” foram agendadas para as manhãs das Terça-feiras de Agosto e Setembro, de forma a cativar a população local. Apenas a última data não se realizou por falta de inscrições. Esta pequena caminhada pelo centro da cidade, atravessa uma pequena mata de carvalhos e castanheiros, acompanhando uma ribeira e ao longo da qual se distribuem alguns terrenos agrícolas e pastagens. Mais



Catocala optata - Ciencia Viva

tarde atravessa o Parque Pólis e regressa ao ponto de partida. A passagem por diferentes habitats (florestal, campos agrícolas, pastagens, aquático, etc.), permitiu mostrar a existência e coexistência de um conjunto muito interessante de espécies ao nível de alguns dos grupos mais evidentes: Botânico, Aves, Insectos (sobretudo Lepidópteros), Répteis e Anfíbios. Já no âmbito da actividade dedicada às borboletas nocturnas “Há traças na

cidade”, realizámos 3 sessões de armadilhagem luminosa para atrair estes insectos de hábitos mais secretos. Uma em cada mês, de Julho a Setembro. O objectivo destas acções era ter uma perspectiva das espécies de “traças” que voam na cidade da Guarda e dar a conhecer a sua diversidade. Mais numerosas que as suas congéneres diurnas, as “traças” pertencem a um mundo ainda desconhecido da maior parte das pessoas e, no entanto, representam um papel preponderante no ecossistema. Das cerca de 2600 espécies de lepidópteros que ocorrem em Portugal, aproximadamente 2450 são nocturnas.

No resultado preliminar destas 3 noites estimamos um registo de cerca de 80 a 100 espécies, duas delas novas para a fauna de Portugal.

No conjunto destas actividades contámos com 35 participantes.

Pedale pelo Ambiente

O Pedale pelo Ambiente mensal da Quercus-Guarda está a crescer a cada mês que passa e o número de participantes vai aumentando. São várias as idades dos participantes que a nós se juntam para pedalar na cidade mais alta. Mas o ambiente é bom e o ar que aqui se respira também. O percurso tem algum grau de dificuldade mas isso não assusta os participantes que a nós se juntam.

Obrigada a todos os que têm participado e convidamo-lo a si a vir também pedalar connosco todas as últimas sextas-feiras do mês.



Pedale pelo Ambiente

Ana Pinheiro

Quercus à Conversa

No mês de Setembro o tema da Quercus à conversa foi com o projecto “REFOOD”.

Projecto esse que pretende acabar com os desperdícios alimentares de todas as cadeias de restaurantes hiper ou supermercados, padarias, pastelarias, tudo o que envolva produtos alimentares em excesso para uns e que fazem falta para alimentar outros, que por vezes não têm uma refeição diária, assim como roupas, calçado, cobertores ou até outro tipo de material ou equipamentos, que por vezes temos a mais e que aos outros faz tanta falta.

O projecto está numa fase de angariar voluntários, com disponibilidade para ajudar o próximo, assim como condições para depois dar escoamento a toda a ajuda e donativos dados. Foi um tema gratificante, e a natureza também acaba por ganhar um ambiente mais limpo, sem desperdícios.



Projeto Refood

Ana Pinheiro

Fim-de-semana Europeu de Observação de Aves

No dia 4 de Outubro, o N.R. Guarda realizou, em colaboração com a Câmara Municipal de Celorico da Beira, uma saída de campo para observação de aves, integrada no Fim-de-semana Europeu de Observação de Aves. Apesar do nevoeiro, nada propício a este tipo de actividade, foi possível perceber porque é que Celorico da Beira foi recentemente considerado um “paraíso” para os observadores de aves.



Observação de aves Celorico da Beira

Celorico TV

Colheita de Sementes Florestais

No âmbito da “Colheita de Sementes Florestais” decorreu, dia 28 de Setembro em Gouveia, no Mondeguinho, onde nasce o rio Mondego, a apanha de 3 espécies diferentes. Foram elas:

- Betula celtiberica* - Bétula
- Sorbus aucuparia* - Tramazeira
- Pseudoplatanus* - Ácer

Estas espécies foram encaminhadas para a Serra da Malcata.



Apanha de sementes - Mondeguinho

Abertura da época de recolha de sementes
Direção Nacional e Núcleo Regional da Guarda

Está aberta a época para a recolha de sementes florestais para o projecto Floresta Comum. Estes últimos 3 meses do ano são os mais intensos no número de espécies florestais autóctones com sementes prontas a colher, no entanto existirão sementes para colher ao longo de todo o ano, embora em menor número de espécies. As sementes serão colhidas em locais específicos que garantam a sua qualidade genética, e posteriormente serão encaminhadas para o viveiro do ICNF mais próximo da sua zona de proveniência. Estes viveiros produzirão plantas florestais para serem doadas através da Floresta Comum.

Já se marcaram duas ações de recolha no Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE) nos dias 28 de setembro em Mondeguinho, Gouveia e 19 de outubro em vários locais do concelho de Manteigas as ações têm início às 10h e final às 16h. Para além da recolha de sementes estas ações têm como objectivo sensibilizar os participantes para a importância das espécies florestais autóctones e em particular das espécies recolhidas. Promove-se o convívio entre os participantes sugerindo que as refeições durante o dia se façam no meio da natureza através de um piquenique partilhado.

As inscrições poderão ser realizadas através do e-mail guarda@quercus.pt ou tlm. 931 104 568.

Para mais informações poderão consultar www.florestacomum.org

FLORESTA COMUM
COLHEITA DE SEMENTES FLORESTAIS

28 DE SETEMBRO | Mondeguinho - Gouveia
19 DE OUTUBRO | Vários locais - Manteigas

Inscrições abertas através do e-mail: guarda@quercus.pt ou telemóvel: 931 104 568 | 966 355 981

Almoço e lanches na mata | piquenique partilhado
Boleias partilhadas a partir do Porto e da Guarda
Torne-se sócio da Quercus

Participam: ICNF, PDR/PRORURAL, Agência Científica utad, Membros Parceiros REN

Noéme

Relativamente ao longo processo político do RIO NOÉME o Núcleo Regional da Quercus da Guarda, enviou no fim de Agosto uma comunicação para a Inspeção Geral do Ambiente do Mar e da Agricultura e do Ordenamento do Território (IGAMAOT), e para o Ministério Público. Aguardamos que estas entidades, tomem medidas. Enquanto isto não acontece, continuamos a assistir às descargas poluentes sucessivas no rio. Prejudicando toda a fauna e flora existente na envolvente. 🌿

NÚCLEO DE LISBOA

Núcleo Regional de Lisboa da Quercus

Balço de Actividades Setembro-Outubro

No âmbito do estabelecido no seu Plano de Actividades para 2014, o Núcleo Regional de Lisboa deu continuidade à realização de acções, participação em eventos e preparação de iniciativas a desenvolver na sua área geográfica de actuação e intervenção. Foram igualmente efectuados outros trabalhos decorrente da gestão diária, como a análise e encaminhamento de correspondência, a nível interno e externo, dando assim resposta às diversas solicitações que chegam regularmente a esta estrutura regional da associação, e o acompanhamento de denúncias em várias áreas ambientais.

Em Setembro, recomeçou a organização da sede do Núcleo de Lisboa, de modo a torná-lo mais funcional e permitir a integração e permanência de um maior número de voluntários nas suas instalações. De salientar ainda as seguintes iniciativas:

Projecto Estufa Urbana - Soluções para uma Vida Sustentável na Cidade

O projecto Estufa Urbana - Soluções para uma Vida Sustentável na Cidade, é resultante da parceria entre o Teclabs, a Biovilla, a Quercus Lisboa, e ao qual se juntou a Urban Grow. Pela Quercus Lisboa, têm sido assegurados os trabalhos de manutenção do viveiro de árvores e arbustos autóctones, prevendo-se durante o Outono e Inverno a realização de algumas acções de recolha de sementes e plantação de árvores e arbustos na área geográfica de intervenção do Núcleo Regional de Lisboa, assim como outras acções a desenvolver com os parceiros do projecto Estufa Urbana.



Estufa Urbana



Horta na varanda

Projecto Horta na Varanda

No âmbito dos estágios integrados ao nível do GES Lisboa, e já terminados, foi planeado e desenvolvido este projecto demonstrativo do aproveitamento de espaços em contexto urbano, neste caso de uma varanda, para cultivo de algumas plantas aromáticas e hortícolas, com a utilização de métodos de rega eficientes, reutilização de materiais, promovendo em simultâneo a biodiversidade. Este projecto apresenta também uma vertente educativa, tendo sido desenvolvido um conjunto de materiais lúdico-pedagógicos para efectuar acções em escolas e noutros locais.

Feira Alternativa - Festival da Terra

O Núcleo Regional de Lisboa e o Grupo de Educação para a Sustentabilidade, à semelhança de anos anteriores, no âmbito da parceria existente, marcou presença no Estádio do INATEL, em Lisboa, durante os três dias do evento, de 5 a 7 de Setembro, com um expositor para divulgação de informação e materiais da Quercus, assim como actividades de sensibilização ambiental. A participação da Quercus contou ainda com a realização de um workshop com a temática “Uma Casa mais Sustentável”, a cargo do projecto Ecocasa.



Feira Alternativa

Eurobirdwatch 2014 - Fim-de-semana Europeu de Observação de Aves

O Núcleo Regional de Lisboa e o Núcleo Regional de Setúbal, no âmbito da iniciativa Eurobirdwatch 2014 - Fim-de-semana Europeu de Observação de Aves, tal como no passado ano, organizaram conjuntamente uma acção, com o apoio da Fundação para a Protecção de Gestão Ambiental das Salinas do Samouco. Esta acção foi realizada no passado dia 5 de Outubro, tendo contado com a presença de 14 participantes. 🌿

NÚCLEO DO RIBATEJO E ESTREMADURA

Núcleo Regional do Ribatejo e Estremadura da Quercus

Pelo terceiro ano consecutivo, o Núcleo Regional do Ribatejo e Estremadura participou no Programa Ciência Viva no Verão que decorreu entre 15 de Julho e 15 de Setembro.

Desta vez, a participação deste núcleo abrangeu a organização de 5 atividades distribuídas pelos concelhos de Mealhada, Torres Vedras, Mértola e Odemira, as quais tiveram um total de 81 participantes



Ciência Viva - Charcos temporários e cágados

inscritos. O programa de atividades deste ano incluiu as áreas de Biologia e Geologia com saídas de campo que possibilitaram aos participantes conhecer o Aquífero do Luso, as espécies de peixes endémicas dos rios Sizandro e Alcabrichel que se encontram em perigo de extinção, as libélulas que povoam as margens de rios, lagos e outras zonas húmidas, observar e identificar a enorme diversidade de fauna que habita os nossos rios, assim como os charcos e lagoas temporárias, em especial o Cágado-de-carapaça-estriada e os Mexilhões-de-rio que povoam o rio Vascão.

Desde Setembro, e a pensar no ano lectivo 2014/2015, o Núcleo Regional do Ribatejo e Estremadura encontra-se a desenvolver o Programa Educativo "A Nossa Horta", que visa sensibilizar os alunos dos 1º e 2º ciclos das escolas do concelho de Ourém, para a importância do consumo de produtos locais e regionais mais sustentáveis, fomentando a utilização de sementes tradicionais e a utilização de técnicas de produção mais naturais restringindo a utilização de produtos químicos nocivos para o ambiente e a saúde humana.

Já em Outubro, o Núcleo Regional do Ribatejo e Estremadura, em colaboração com o ICNF, participou no Fim-de-semana



Observatório

Internacional de Observação de aves 2014, promovido pela SPEA no âmbito do programa EuroBirdwatch.

O acontecimento teve lugar na Reserva da Biosfera do Paúl do Boquilobo, no concelho de Torres Novas, no passado dia 4 de Outubro contando com a participação de dezasseis pessoas, desde simples amantes da natureza até profissionais na matéria, que tiveram a oportunidade de realizar um pequeno percurso pedestre, durante o qual observaram diversas espécies da avifauna. 🌿



Trilho

NÚCLEO DE SETÚBAL

Núcleo Regional de Setúbal da Quercus

6ª edição da Feira ObservaNature

A Quercus sempre presente, através do seu Núcleo Regional de Setúbal

O Núcleo Regional de Setúbal esteve uma vez mais presente na Feira ObservaNature, nesta que foi a 6ª edição e que decorreu no fim-de-semana de 11 e 12 de Outubro na Herdade das Mouriscas, em Setúbal.

A ObservaNature é uma Feira de Observação de Aves e de Turismo de Natureza organizada pelo ICNF - Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas.

A Quercus esteve presente com um pequeno stand de divulgação da sua actividade, com venda de publicações várias, nomeadamente guias de percursos pedestres e alguns livros de fotografia de natureza e ainda produtos de merchandising com a marca Quercus.



Estuário



Biodiversidade de aves

Eurobirdwatch 2014 - Fim-de-semana Europeu de Observação de Aves

Decorreu, no fim-de-semana de 4 e 5 de Outubro, mais um Fim-de-semana Europeu de Observação de Aves, coordenado pela SPEA - Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, e que conta com a parceria de dezenas de entidades. O Núcleo Regional de Lisboa e o Núcleo Regional de Setúbal associaram-se de novo este ano à iniciativa e organizaram, em conjunto, uma saída de observação de aves no complexo das Salinas do Samouco, no dia 5 de Outubro.

Participaram nesta saída de campo 14 entusiastas da fotografia e da ornitologia, tendo sido percorridos cerca de 8 km pelos vários trilhos e percursos indicados pela Fundação das Salinas do Samouco. Foram avistadas várias espécies ao longo da tarde, muitas em bandos, como o Flamingo-comum (*Phoenicopterus ruber*) — talvez a ave mais emblemática da região, mas também outras características de zonas húmidas, como o Ostraceiro-europeu (*Haematopus ostralegus*), o Alfaiate (*Recurvirostra avosetta*) — a ave símbolo da Reserva Natural do Estuário do Tejo, a Tarambola-cinzenta (*Pluvialis squatarola*), o Maçarico-de-bico-direito (*Limosa limosa*), e o Maçarico-galego (*Numenius phaeopus*). Foram ainda observadas, em menor quantidade, as seguintes espécies: o Mergulhão-pequeno (*Tachybaptus ruficollis*), o Corvo-marinho-de-faces-brancas (*Phalacrocorax carbo*), a Garça-real (*Ardea cinerea*), a Garça-branca-grande (*Egretta alba*), a Garça-branca-pequena (*Egretta garzetta*), o Pato-real (*Anas platyrhynchos*), o Pernilongo-de-costas-negras (*Himantopus himantopus*), o Perna-vermelha-comum (*Tringa totanus*), o Perna-verde-comum (*Tringa nebularia*), o Maçarico-das-rochas (*Actitis hypoleucos*), a Rola-do-mar (*Arenaria interpres*), o Pilrito-de-bico-comprido (*Calidris ferruginea*), o Pilrito-comum (*Calidris alpina*), a Gaiivota-de-patas-amarelas (*Larus cachinnans*), a Gaiivota-d'asa-escura (*Larus fuscus*), o Guincho-comum (*Larus ridibundus*), a Cotovia-montesina (*Galerida theklae*), a Alvéola-branca (*Motacilla alba*), o Melro-preto (*Turdus merula*), o Pisco-de-peito-ruivo (*Erithacus rubecula*), o Chasco-cinzento (*Oenanthe oenanthe*), a Fuinha-dos-juncos (*Cisticola juncidis*), a Toutineira-de-cabeça-preta (*Sylvia melanocephala*), o Gaiio-comum (*Garrulus glandarius*), a Gralha-preta (*Corvus corone*), o Pardal-comum (*Passer domesticus*) e ainda o Bico-de-lacre (*Estrilda astrild*) — uma ave exótica e introduzida em Portugal. Foram ainda avistadas várias rapinas, designadamente o Tartaranhão-ruivo-dos-pauis (*Circus aeruginosus*), o Peneireiro-vulgar (*Falco tinnunculus*), a Águia-pesqueira (*Pandion haliaetus*), o Milhafre-preto (*Milvus migrans*) e o Falcão-peregrino (*Falco peregrinus*), este último visto em pleno acto de predação, a capturar um pequeno roedor. 🌿



Flamingos em Voo

CUIDAR DAS PARTES COMUNS

DIA NACIONAL DA ÁGUA QUERCUS ALERTA PARA POLUIÇÃO DOS CURSOS DE ÁGUA ATRAVÉS DE PEÇA DE TEATRO HUMORÍSTICA

dQa

A Quercus desenvolveu, no dia 1 de Outubro, Dia Nacional da Água, no Largo do Chiado, em Lisboa, uma ação pública de sensibilização que teve por objetivo alertar a opinião pública, deixando claro que não se aceitam mais desculpas e indecisões dos poderes públicos face à necessidade de se efetuarem investimentos e um conjunto de ações concretas visando o cumprimento da Diretiva-Quadro da Água e da Diretiva Relativa ao do Tratamento das Águas Residuais Urbanas até 2020.

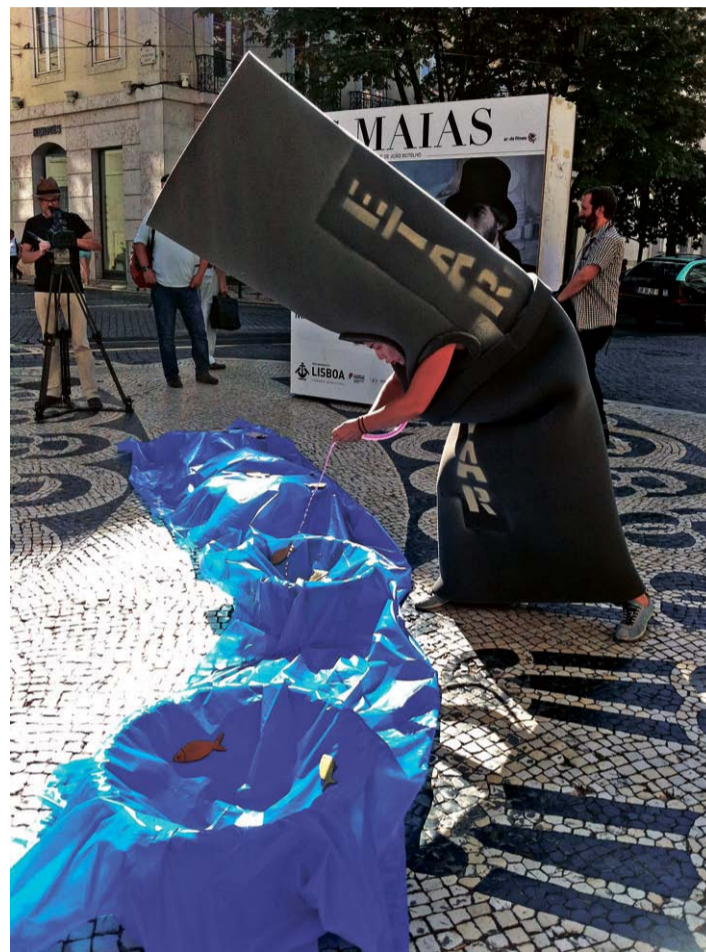


Manifestantes

A ação consistiu na representação pública e simbólica de uma **pequena peça de teatro humorística intitulada "A culpa é do tubo-ladrão"**, que retratou as peripécias de captura e julgamento do **tubo-ladrão de fossa e do tubo-ladrão de ETAR**, dinamizada pelo Grupo de Teatro Amador Apolo de Ourém. Desta forma, pretendeu-se demonstrar que a culpa do não tratamento adequado das águas residuais não reside no comumente denominado "tubo-ladrão", mas sim em décadas de inércia das políticas públicas e no incumprimento por parte de alguns empresários, que beneficiam da concorrência desleal à custa da poluição dos ecossistemas aquáticos.

Nesta ação, a Quercus exigiu a responsabilização dos autores da poluição dos cursos de água e a adoção de medidas eficientes de fiscalização e monitorização do meio hídrico por parte dos decisores políticos. O vídeo com a reportagem desta ação pode ser visto em:

<http://vimeo.com/album/2794572/video/107810970>



O Tubo Ladrão



O Julgamento

Esta iniciativa foi desenvolvida no âmbito do Projeto dQA - Cidadania para o acompanhamento da políticas públicas da água, apoiado pelo mecanismo financeiro EEAGrants - Programa Cidadania Ativa da Fundação Calouste Gulbenkian. 🌿



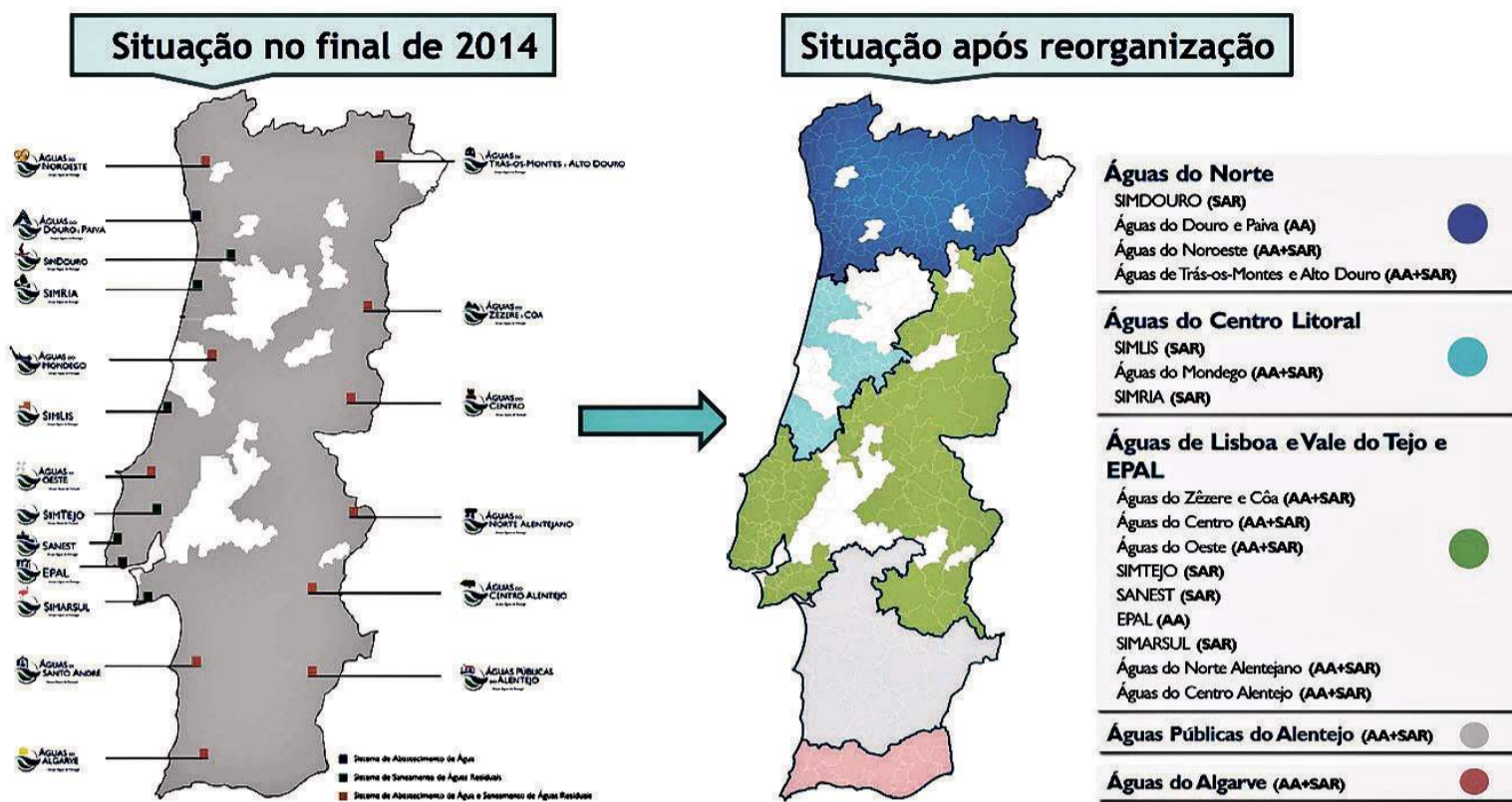
Sara Campos

Sara Campos

Sara Campos

REESTRUTURAÇÃO DO SECTOR DAS ÁGUAS

Carla Graça
Grupo de Trabalho da Água



Fonte: MAOTE, "Reestruturação do Sector das Águas. Ciclo Urbano", Outubro de 2014

Foi apresentado no passado dia 1 de Outubro, Dia Nacional da Água, numa sessão pública no Oceanário de Lisboa, pelo Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Jorge Moreira da Silva, o plano de reestruturação do sector das águas, na sua vertente de ciclo urbano.

A proposta agora apresentada é apontada como sendo "essencial para garantir a continuidade, universalidade, qualidade e sustentabilidade na prestação destes serviços públicos essenciais". Considerando que o sector doméstico representa apenas 16% de todo o sector da água, muito ficou de fora. Muito mesmo. Mas adiante.

Nos últimos 20 anos, mercê de três Quadros Comunitários de Apoio (QCA), e principalmente no âmbito dos PEAASAR - Planos Estratégicos de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, de 2001-2006 e 2007-2013, Portugal conseguiu passos de gigante no desenvolvimento de infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento. Em 20 anos, e segundo dados da ERSAR, a entidade reguladora do sector, conseguimos atingir a meta dos 95% de população abrangida por redes de abastecimento, sendo que 99% da água da rede pública é de qualidade e segura. O saneamento teve também uma grande evolução, ficando no entanto aquém das metas estabelecidas no PEAASAR 2007-2013. Da meta de cobertura de 90% da população com saneamento, apenas 78% da população dispõe deste serviço. De salientar que a cobertura com redes de drenagem é ligeiramente superior — 81%, significando este valor que 3% da população, apesar de ter redes de esgotos, não tem os seus efluentes tratados, sendo estes recolhidos e posteriormente despejados directamente no meio hídrico, com todos os impactes negativos que daí advêm.

A estratégia então implementada em 1993 passou pela criação do Grupo Águas de Portugal (AdP), no sentido de alavancar o desenvolvimento dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, com base nos fundos dos QCA. Foram constituídos então 19 sistemas multimunicipais (v. Figura 1), com base em contratos de parceria entre o Estado, através da AdP, e as autarquias, mantendo o Estado o controlo maioritário de 51% sobre os sistemas criados, e a decisão técnica sobre o desenvolvimento dos mesmos, e as autarquias envolvidas os restantes 49%.

O sector dos serviços da água ficou dividido entre a Alta e a Baixa, entendendo-se a Alta como o fluxo que vai desde a captação da água (seja ela superficial ou subterrânea) até à entrega no(s) reservatório(s) das autarquias, passando pelo tratamento em ETA e pela rede de distribuição, e a Baixa como o fluxo que vai desde o(s) reservatório(s) municipais até a casa dos consumidores, envolvendo uma rede de distribuição dendrítica de elevada complexidade. Na estratégia adoptada, a Alta ficou maioritariamente a cargo do Grupo AdP (que abrange cerca de 200 municípios), embora existam sistemas em alta a cargo de municípios ou de empresas municipais, e a Baixa na sua esmagadora maioria a cargo dos municípios. Na prática a Alta entrega água à Baixa, e esta tem que pagar uma tarifa pela água que chega ao(s) reservatório(s) — a denominada tarifa em alta.

No cerne da questão sobre a sustentabilidade do sector, tem estado a dívida acumulada pelas autarquias ao Grupo AdP, dívida essa devida pela tarifa em alta. Muitas vezes, os municípios não fazem reflectir a totalidade dos custos da tarifa em alta na tarifa apresentada ao consumidor, quer porque de outro modo a tarifa ao consumidor seria muito elevada, quer também porque muitas vezes o preço da água é também uma bandeira política e utilizado como tal.

Convém no entanto não esquecer que, se a Directiva Quadro da Água (2000/60/CE) aponta, no seu Artigo 9º, para uma recuperação dos custos dos serviços da água, referindo expressamente que devem ser "estabelecidos os contributos adequados para cada sector de utilizadores, desagregados, pelo menos, nos sectores industrial, doméstico e agrícola, para a recuperação dos custos dos serviços da água, baseados na análise económica", também é verdade que a autonomia do poder local lhe atribui a competência para definir o preço da água.

Temos assim um quadro em que a tarifa da água é muito díspar ao longo do território nacional, surgindo tarifas muito elevadas no interior, quando comparadas com os municípios do litoral. Este facto deve-se também em grande parte ao tipo de investimentos que foram alocados para as várias regiões, tendo-se na maioria dos

casos optado por investimentos eventualmente duvidosos, baseados em equipamentos convencionais, quer no abastecimento, quer no saneamento, que implicam muitos quilómetros de redes de distribuição e de drenagem, com elevadíssimos custos energéticos e de manutenção, e que agora têm um impacto muito grande na tarifa, uma vez que são regiões deprimidas, com pouca gente por onde fazer reflectir os custos dos serviços.

Era objectivo inicial do Governo, quando iniciou o processo de reestruturação do sector, a verticalização dos sistemas (ou seja, a integração da Alta com a Baixa) e a agregação dos sistemas, no sentido de abranger o maior número de municípios. No plano agora apresentado, esse objectivo faliu redondamente, e estamos em presença de pouco mais do que uma reestruturação do Grupo AdP, com a agregação dos 19 sistemas em alta já existentes em apenas 5 (Figura 1), numa tentativa de harmonizar a tarifa em alta e de reduzir custos operacionais da empresa.

O Governo não conseguiu convencer os municípios a abdicarem de um direito de autonomia que detêm no presente e, assim, de fora ficou praticamente todo o sector em Baixa e os municípios que até agora se mantinham fora do universo da AdP assim se mantêm, totalizando quase 100 municípios.

As dificuldades que o sector atravessa, e que se encontram sobretudo na Baixa, com elevadas perdas na rede de abastecimento de água (em média 40%, mas que atingem os 80% em alguns casos mais extremos) e uma enorme necessidade de reabilitação de infraestruturas, encontram pouca resposta neste plano. Pelo contrário, são apresentadas aos municípios um conjunto de condições que têm que cumprir se quiserem ter acesso aos fundos comunitários para aplicação no sector, nomeadamente a ausência de dívidas acima de um valor ainda não especificado e a obrigatoriedade de apresentação de projectos supramunicipais. Os municípios em dificuldades, e que necessitam de investimento no sector, poderão encontrar aqui múltiplas dificuldades no acesso aos fundos.

Teme-se pois que este plano pouco mais não seja que a reestruturação do Grupo AdP. O caminho para uma maior eficiência e sustentabilidade tem que ser obviamente traçado, mas este deveria ser equacionado para todo o sector, e não apenas para uma parte, que nem sequer é a que tem mais dificuldades. Não esquecer que a Lei de Delimitação dos Sectores foi alterada e a actividade de captação de água (ou seja, a Alta), que até agora era apenas permitida a entidades públicas, pode ser agora exercida pelo sector privado, e que este Governo também não incluiu a água como um dos sectores estratégicos do Estado, em diploma recentemente aprovado.

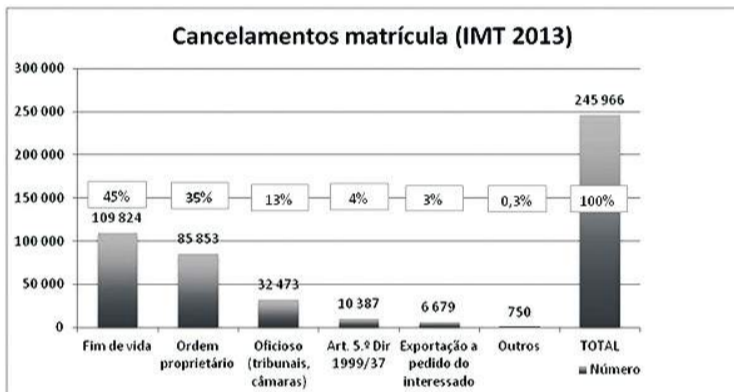
No ar tem que ficar obviamente a pergunta se o Governo tem no seu horizonte próximo a intenção de concessionar os 5 sistemas agora criados, na sua totalidade ou em parte, a entidades privadas, agora que as alterações introduzidas por este plano os tornarão mais apetecíveis. 🍂

CUIDAR DAS PARTES COMUNS

CÓDIGO DA ESTRADA ASSOMBRA A REUTILIZAÇÃO E RECICLAGEM DE AUTOMÓVEIS DADOS DE 2013 PROVAM QUE A QUERCUS TINHA RAZÃO

Direção Nacional

O IMT (Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.) continua a cancelar matrículas de automóveis sem o Certificado de Destruição (CD), previsto na legislação sobre Veículos em Fim de Vida (VFV), nomeadamente pela ordem do proprietário. Em 2013 foram canceladas 245 966 matrículas, onde 35% (85 853) foi sem CD. Quase tantas como aquelas com CD.



A continuação desta situação vai comprometer seriamente a meta para 1 de Janeiro de 2015, onde a “reutilização e a valorização” de todos os VFV deve aumentar para um mínimo de 95% em peso, em média, por veículo e por ano, sendo que a “reutilização e a reciclagem” deve ter um mínimo de 85%.

Atualmente a Valorcar, a única entidade gestora existente para VFV licenciada pelo Ministério do Ambiente, apresenta o seguinte desempenho, 92,7% para “reutilização e valorização” e já cumpre os 85% para a “reutilização e a reciclagem”. O que pode significar, se não existirem esforços em contrário, **que o cumprimento da futura meta “reutilização e valorização” venha a ser à custa da queima de materiais dos VFV.**

Grande parte dos veículos cuja matrícula é cancelada por ordem do proprietário, e que a Quercus e a Valorcar acreditam estarem a alimentar o mercado paralelo de sucateiras, são viaturas sinistradas e relativamente recentes, o que significa que o seu potencial de reutilização e reciclagem é elevado.

Sendo assim, os 35% de viaturas canceladas pela ordem do proprietário são determinantes para o cumprimento da meta de reutilização e reciclagem, a partir de 1 de Janeiro de 2015, respeitando o espírito da legislação.

As diferentes possibilidades de cancelamento de matrícula previstas no novo Código da Estrada, sobre o qual a Quercus oportunamente deu parecer, tendo-se envolvido ativamente na discussão da respetiva proposta, **continuam a ser utilizadas abusivamente** e permitindo assim que viaturas cujo destino natural seria um operador de desmantelamento de VFV estejam a ser negociadas, em muitos casos através de leiloeiras (com participação ativa das seguradoras), perdendo-se a rastreabilidade das mesmas e dos respetivos materiais. Esta situação lesa o País em termos económicos, sociais e apresenta altos riscos ambientais e de saúde pública, pois os VFV contêm muitos componentes perigosos (ex: óleos, baterias, fluidos diversos, airbag, etc.).

Segundo o Código da Estrada (Lei n.º 72/2013) o cancelamento da matrícula pode ser requerido sempre que o veículo se encontre nas situações previstas no artigo 119 e 119-A do Código da Estrada, em relação às **situações em que este diploma fomenta a gestão ilegal** de VFV voltamos a destacar as seguintes 6:

- 1) “O veículo haja desaparecido, sendo a sua localização desconhecida há mais de seis meses”: **Esta disposição possibilita a entrega dos veículos em sucatas ilegais ou o seu abandono na via pública. Assim, propõe-se o alargamento do prazo para aumentar a responsabilização do proprietário e garantir pelo menos o pagamento de um ano de Imposto Único de Circulação (IUC);**
- 2) “O veículo deixe de ser utilizado na via pública, passando a ter utilização exclusiva em provas desportivas ou em recintos privados não abertos à circulação”: **Este motivo não deve constituir fundamento para cancelamento da matrícula, dado que o veículo continua a existir. Com esta redação viabiliza-se a entrega dos veículos em sucatas ilegais ou o seu abandono na via pública, dado que os serviços não terão capacidade de fiscalizar a veracidade das informações prestadas;**
- 3) “O veículo falte à inspeção referida no n.º 2 do artigo 116.º, sem que a falta seja devidamente justificada.”: **A punição pela falta injustificada a inspeção já se encontra prevista no art. 116.º do Código da Estrada. Este motivo não deve constituir fundamento para cancelamento da matrícula, dado que o veículo continua a existir (se tal acontecer está-se a beneficiar o infrator porque o proprietário deixa de pagar o IUC e pode entregar o veículo a uma sucata ilegal ou abandoná-lo);**
- 4) “Quando o veículo fique inutilizado ou atinja o seu fim de vida mediante apresentação da documentação legalmente exigida nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 196/2003, de 23 de agosto”: **Deve ser explicitamente mencionado o CD, dado que se trata do documento comunitário criado para este efeito no âmbito da Diretiva 2000/53/CE;**
- 5) “Quando o veículo deixe de ser utilizado na via pública, mediante apresentação de requerimento justificando os motivos e o local onde o mesmo é utilizado ou guardado”: **Ver justificação mencionada no Ponto 2);**
- 6) “Assume ainda caráter temporário o cancelamento de matrícula previsto nas alíneas e) e g)

do n.º 1 do artigo 119.º, pelo prazo máximo de cinco e um ano respetivamente, ficando os seus proprietários obrigados à entrega da documentação dos veículos nos serviços competentes, onde o processo de cancelamento da matrícula tiver lugar.”: **Estes motivos não devem constituir fundamento para cancelamento da matrícula, mesmo que temporária, dado que o veículo continua a existir. Tal como está, esta disposição viabiliza a entrega dos veículos em sucatas ilegais.** ✖

PLANO RESÍDUOS URBANOS 2020: LICENÇA PARA MATAR... A RECICLAGEM

CIR - Cento de Informação e Resíduos



Reciclagem

A versão do Plano dos Resíduos Urbanos 2020 (PERSU 2020) que foi posta a consulta pública mantém no essencial o que já constava do “power point” apresentado o ano passado pelo Ministro do Ambiente, ou seja prevê elevadíssimas taxas de reciclagem para muitas regiões do interior (80%) e muito baixas taxas para as metrópoles de Lisboa e Porto (Valorsul 42% e Lipor 35%).

O Ministério do Ambiente assume assim que os sistemas da Valorsul e da Lipor podem continuar tranquilamente a incinerar grandes quantidades de materiais recicláveis. O regulamento tarifário também ajuda a que assim seja, uma vez que vai penalizar quem se desviar muito das metas. Ora como os sistemas com incineração têm metas de reciclagem muito baixas, facilmente vão cumprir as suas obrigações e este regulamento não vai estimular minimamente o aumento da reciclagem.

Também a Taxa de Gestão de Resíduos não vai trazer grandes problemas a estes dois sistemas, uma vez que tudo aponta para que não vá penalizar significativamente o envio de recicláveis para incineração. Se acontecer o contrário, será seguramente uma grande surpresa.

Mas, ao dar a licença para não reciclar à Valorsul e à Lipor, como vai o Ministério do Ambiente resolver o problema do cumprimento das metas nacionais de reciclagem?

Nada mais fácil! Considerando que os TMB reciclam quase tudo o que neles é processado, como por exemplo os resíduos de papel e cartão rejeitados e que são encaminhados para aterro ou co-incineração.

Sim, é mesmo fácil! Para resolver esse problema real o PERSU 2020 utiliza uma solução irreal: refere que considera como valorizados organicamente todos os resíduos orgânicos que entrem num Tratamento Mecânico e Biológico, ou seja, mesmo o papel e cartão sujo que é rejeitado no Tratamento Mecânico e que nem sequer entra no Tratamento Biológico (compostagem ou digestão anaeróbia).

Pelos vistos os responsáveis do Ministério parecem não estar muito familiarizados com o conceito de balanço de massas, ou ignorarem alguns conceitos básicos de física e matemática.

Mas, infelizmente, o caso é bem mais grave do que isso. A ideia parece ser mesmo tentar arranjar um meio expedito de cumprir as metas de reciclagem “oficialmente” mas não efetivamente.

Mas as confusões com os números não ficam por aqui. O PERSU refere que Portugal reciclou em 2012 cerca de 44% das embalagens urbanas. Ora este valor é impossível, uma vez que as embalagens constituem cerca de 21% dos resíduos urbanos ou seja, cerca de 1 milhão de toneladas. Como, em 2012, foram recicladas 320 mil toneladas, a taxa de reciclagem foi de 32% e não 44%.

Mas este número de 44% enquadra-se bem na postura dos diferentes responsáveis pelo Ministério do Ambiente que sistematicamente ao longo dos anos têm inflacionado os valores da reciclagem para mostrarem números simpáticos em Bruxelas.

Em resumo, deixando as grandes metrópoles fora do esforço nacional de reciclagem, Portugal seguramente não vai atingir as taxas de reciclagem a que está obrigado em 2020 e só o conseguirá com artifícios como os acima descritos.

A pergunta que fica é saber por que razão o Ministro foi tão inflexível no estabelecimento de metas baixas para os sistemas com incineração - que necessitam claramente de um maior esforço na recolha seletiva e nos TMB - arriscando-se a ficar ligado a uma grande oportunidade perdida para se concretizar uma efetiva política de reciclagem no nosso País. ✖

O ROTEIRO DE NEGOCIAÇÕES RUMO A UM NOVO ACORDO CLIMÁTICO

Ecocasa

Nova Iorque - Lima - Paris



A Cimeira Especial da ONU sobre Clima, que decorreu a 23 de Setembro, na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, contribuiu para aumentar o sentimento de que a era dos combustíveis fósseis está a chegar ao fim. Criou-se um momentum que poderá ser o início do caminho até um acordo climático global a ser assinado já no próximo ano, na COP21 em Paris. A Quercus marcou presença



Marcha pelo Clima em Nova Iorque

em Nova Iorque, tendo participado não só na Cimeira, mas também na maior Marcha Climática de sempre, dois dias antes.

Um pequeno mas crescente número de países juntou-se ao Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, e ao ator Leonardo DiCaprio - que fez uma intervenção no início da Cimeira - para confirmar a necessidade de acelerar a transição dos combustíveis fósseis para 100% de renováveis, como as Ilhas Samoa, as Ilhas Tuvalu, a Costa Rica e a Dinamarca. Outros países, como a Suécia, Trindade e Tobago, Etiópia e Islândia prometeram tornar os seus países neutros em carbono em 2050.

Enquanto a Cimeira produziu sinais positivos e angariou financiamento para a ação climática, muitos Chefes de Estado vieram a Nova Iorque para meramente reafirmar o que já estão a fazer dentro de fronteiras. Porém, tal não será suficiente perante as 700 mil pessoas que se juntaram, dois dias antes, às Marchas pelo Clima um pouco por todo o mundo, pedindo medidas vinculativas.



Representantes da Quercus em Nova Iorque



Marcha pelo Clima em Lisboa



Marcha pelo Clima no Porto



Marcha pelo Clima em Lisboa

Os líderes em Nova Iorque, incluindo o Presidente dos EUA, Barack Obama, reconheceram que não podem continuar a agir contra a vontade dos cidadãos, que ficou bem clara. Mães, pais, líderes religiosos, homens de negócios progressistas, sindicalistas e jovens - todos estão já a agir e esperam que os Chefes de Estado lhes sigam o exemplo. Está nas suas mãos a escolha entre liderar a transformação ordenada das nossas sociedades ou acabar do lado errado da história.

A China deve ser elogiada por ter assinalado a intenção de atingir o pico das emissões "assim que for possível". Estes avanços, combinados com ações mais ambiciosas por parte dos EUA, apontadas pelo Presidente Obama, podem acelerar as negociações no sentido de se conseguir um acordo no próximo ano.

A Europa, que merecia ser líder, pouco se afirmou: mencionou ser necessário ela própria e os atuais países desenvolvidos reduzirem em 80 a 95% as emissões de gases com efeito de estufa entre 1990 e 2050. Porém, todo o caminho a ser traçado para as decisões europeias é pouco ambicioso.

Apenas os compromissos mais limitados estão a ser ponderados para o ano de 2030. Portugal, por seu turno, apresentou o compromisso para um crescimento verde de longo prazo e falou da ambição do país, que merece ser destacada no contexto europeu, no que respeita às metas de redução de emissões, eficiência energética e energias renováveis para 2030.

Em síntese, pode considerar-se que esta foi uma Cimeira positiva, embora limitada pela falta de compromissos concretos mais vastos. A esta distância, parece longínquo o tão esperado Acordo de Paris, em dezembro de 2015. As negociações prosseguirão já este mês de dezembro, na capital do Perú, Lima, onde decorrerá a



Marcha pelo Clima em Faro

20ª Conferência Anual das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas. As expectativas são altas: espera-se que a retórica positiva enunciada em Nova Iorque por representantes de mais de 125 países se traduza em compromissos concretos, preto no branco, ao nível da redução de emissões de carbono e do financiamento para a ação climática, com especial ênfase nas nações mais vulneráveis do planeta.

Acompanhe a evolução das negociações em: climaticas.blogs.sapo.pt.

NOVAS REGRAS E NOVA ETIQUETA ENERGÉTICA NO MERCADO EUROPEU EFICIÊNCIA DOS ASPIRADORES DOMÉSTICOS PODE AUMENTAR ATÉ 63%

As famílias europeias vão poder poupar dinheiro e energia com a entrada em vigor das novas regras comunitárias sobre aspiradores. Desde o dia 1 de setembro de 2014 que os aspiradores ineficientes estão banidos do mercado europeu. Além disso, a nova etiqueta destes equipamentos vai finalmente corrigir a tendência de se associar a maior potência de um aspirador a um melhor desempenho.

Nova etiqueta, novos requisitos

Com a nova regulamentação em vigor, estes equipamentos passam a estar também abrangidos pela nova etiqueta energética, que já se aplica a vários eletrodomésticos e equipamentos.

Esta é sem dúvida uma importante ferramenta de consulta na aquisição de um novo modelo, permitindo uma escolha mais informada quanto ao desempenho energético e a eficácia de limpeza dos aspiradores.

Além da classe de eficiência energética, a etiqueta apresenta outros parâmetros, como a classe de eficácia de limpeza de pavimentos duros e alcatifas; o nível de potência sonora e a classe de reemissão de pó.

A limitação da potência e, conseqüentemente do consumo energético, não será sinónimo de um aspirador mais fraco. Isto porque os novos níveis mínimos definidos para a eficácia na limpeza, a par da inovação industrial, fazem dos aspiradores um produto em mutação tecnológica. Os novos modelos colocados no mercado após 1 de setembro estão obrigados a ostentar a nova etiqueta, bem como a cumprir os seguintes



- ① Classe de eficiência energética
- ② Consumo médio anual de energia
- ③ Classe de reemissão de pó (quanto mais elevada maior a retenção do pó no aspirador e menor a sua devolução para o exterior)
- ④ Nível de potência sonora
- ⑤ Classe de eficácia de limpeza de alcatifas (quanto mais elevada melhor a remoção do pó da alcatifa)
- ⑥ Classe de eficácia de limpeza de pavimentos duros (quanto mais elevada melhor a remoção do pó do pavimento)

Se o aspirador for destinado especificamente à limpeza de pavimentos duros o pictograma de alcatifas aparece com um sinal de exclusão. Analogamente, se o aspirador for destinado especificamente à limpeza de alcatifas, o sinal de exclusão aparece no símbolo do pavimento.



AÇÃO DE FORMAÇÃO CONSUMO EFICIENTE DE ÁGUA E ENERGIA

5 NOV	10H00	BEJA	AUDITÓRIO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL
5 NOV	15H00	FARO	AUDITÓRIO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL
18 NOV	10H30	COIMBRA	MUSEU DA ÁGUA
18 NOV	15H00	UISEU	SALA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
4 DEZ	10H30	SANTARÉM	CASA DO AMBIENTE
4 DEZ	15H00	LEIRIA	CENTRO DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL
11 DEZ	15H00	PORTALEGRE	MUSEU DA TAPEÇARIA
16 DEZ	15H00	OEIRAS	SEDE DA AERLIS

INSCRIÇÕES GRATUITAS MAS OBRIGATÓRIAS

213462210 - ecocasa@quercus.pt - www.ecocasa.pt



requisitos: consumo anual de energia máximo estimado de 62 kWh/ano, potência máxima de 1600 W e taxas mínimas de remoção do pó em alcatifas de 70% e em pavimento duro de 95%.

Os aspiradores com filtro de água estarão sujeitos a estes regulamentos apenas a partir de 2017. Já os novos aspiradores domésticos de trenó e os verticais com cabo, colocados no mercado europeu desde 1 de setembro de 2014, estão sujeitos aos regulamentos de rotulagem energética e conceção ecológica de produtos, devendo ostentar a etiqueta quando em exposição nas lojas. Nas lojas online, os modelos devem ser comercializados com informações sobre o consumo de energia, entre outras.

Já os anúncios publicitários que refiram informações sobre potência, consumo de energia ou preço de um modelo devem também mencionar a sua classe de eficiência energética.

Os aspiradores que já se encontravam à venda antes de 1 de setembro não se encontram abrangidos pelos novos regulamentos, e portanto não apresentam a nova etiqueta, sendo expectável que coexistam durante algum tempo com os modelos mais recentes.

Fatura mais leve e menos emissões poluentes

De acordo com dados da Comissão Europeia, são vendidos, na Europa, 54 milhões de aspiradores por ano. As novas regras vão permitir aumentar em 63% a eficiência energética dos modelos à venda e reduzir a fatura de eletricidade das famílias europeias em cerca de 3 mil milhões de euros até 2020.

Em Portugal, as poupanças energéticas conseguidas apenas nos aspiradores somarão 91 GWh por ano, o que equivale ao total da produção média de eletricidade pela central de Sines em 2013 durante cerca de 4 dias e a uma redução de emissões de CO₂ de 28 mil toneladas por ano. ♻️

**Este inverno abasteça-se
na Loja Quercus!**



<http://loja.quercus.pt>

Promoção especial de Natal:

Portes grãtis até 15 de Janeiro!*

* excepto nos detergentes

ECOTOPIA

LIVROS

Ambiente, Alterações Climáticas, Alimentação e Energia

Autores: Ana Delicado, Ana Horta, João Mourato, José Gomes Ferreira, Luisa Schmidt, Mónica Truninger, Rui Carvalho, Susana Fonseca, Susana Valente
PVP: €19

(À venda no ICS (Imprensa de Ciências Sociais) e Loja online em: <https://www.imprensa.ics.ul.pt/> com desconto de 10%. Poderá ainda ser encontrado nas livrarias do grupo Almedina e Fnac)

A adesão de Portugal à Comunidade Europeia implicou consequências marcantes para as questões ambientais. Se a nível oficial se sucederam medidas, directivas e reforço do quadro administrativo, a nível social o interesse pelas questões ambientais assumiu uma importância crescente que cruza transversalmente, embora de forma desigual, a sociedade portuguesa.

Este livro apresenta um panorama da evolução da opinião pública em Portugal sobre questões de ambiente, consumo e energia nas últimas décadas. A enquadrar cada tema analisam-se as principais políticas entretanto lançadas às escalas europeia e nacional. As acentuadas e rápidas mudanças ocorridas no país desde 1986 constituem um pano de fundo essencial para compreender muito do que se passa e pensa actualmente neste domínio. Da energia à mobilidade urbana, das alterações climáticas aos resíduos, da água ao consumo, as respostas dos portugueses aos inquéritos Eurobarómetro são vistas à luz das tendências europeias e das diferenças por idade, género ou nível de educação. São exploradas questões como a informação sobre temas ambientais, nível de preocupação com os problemas, concordância com as medidas de política ou práticas do quotidiano.

O livro resulta da atividade do OBSERVA - Observatório do Ambiente e Sociedade, que realiza estudos e acções de divulgação sobre as dimensões sociais e políticas dos problemas de ambiente, energia e sustentabilidade. A obra constitui o primeiro número da colecção de publicações dos Observatórios do ICS-ULisboa. 🌱

Luísa Schmidt



VÍDEO



O que é possível

Veja o vídeo que todos os líderes mundiais viram ao mesmo tempo no dia da abertura da Cimeira do Clima em Nova Iorque este ano.

<http://www.earthday.org/whatspossible>

O TEIXO *TAXUS BACCATA* L. (1753) FAMÍLIA: *TAXACEAE*

Descrição:

Árvore (ou arbusto) de copa piramidal alargada que pode atingir os 20-28m de altura, ainda que na natureza em Portugal raramente ultrapassa 10-12 m. O seu tronco, com ritidoma castanho-avermelhado que se destaca em tiras, pode atingir um grande diâmetro de 2-4 m. Com a idade é frequente que o seu núcleo apodreça formando grandes cavidades, o que dificulta não só a medição como a determinação da sua idade.

Com folhas pequenas (10-30 x 1.5-3 mm) persistentes, planas e lineares verde escuras, os seus frutos (plantas femininas) destacam-se pela sua cor vermelha (do arilo carnudo e comestível de sabor adocicado) que envolve uma pequena (6-7 mm) semente ovóide nua (tóxica).

Biologia e Evolução:

Esta conífera não resinosa é uma espécie dióica (i.e. há plantas masculinas e outras femininas) que atinge a maturidade aos 30-35 anos em árvores isoladas e 70-120 anos em maciços mais densos. A sua propagação é essencialmente através das sementes, dispersas sobretudo por aves, como os tordos, que são atraídos pelo seu fruto maduro no início do Outono. Exceptuando o arilo, tudo o resto é muito tóxico devido à presença da taxina. É uma das árvores de crescimento mais lento e de maior longevidade da flora europeia. Um teixo pode ultrapassar os 2 mil anos de idade, mas há referências de 3-4(9.5) mil anos. Considerada uma relíquia terciária esta espécie terá surgido à cerca de 2 milhões de anos proliferando em florestas subtropicais e temperadas oceânicas. No entanto nos últimos 4 mil anos as suas populações diminuíram em número, conectividade e tamanho em muitas regiões da Europa.

Habitat em Portugal:

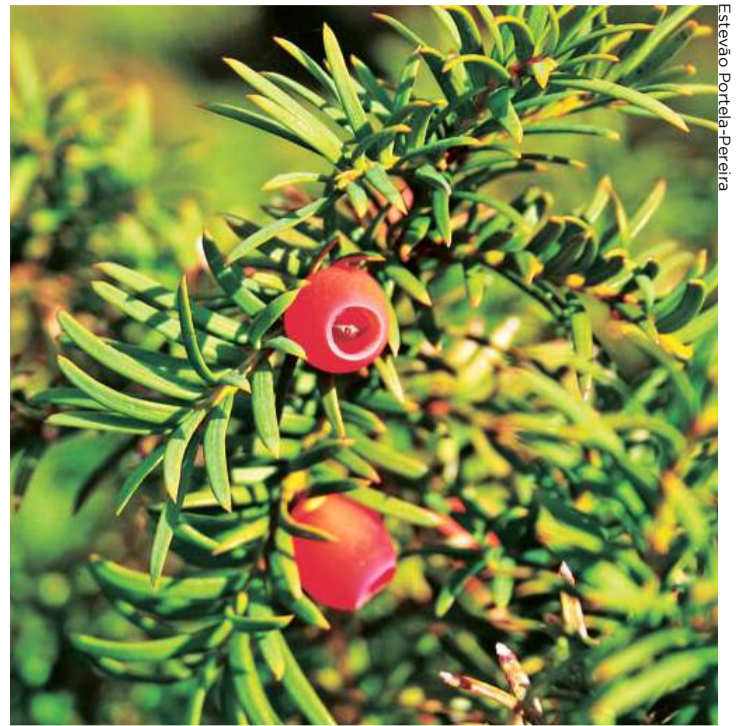
Ocorre geralmente em bosques ripícolas mistos em áreas montanhosas, formando por vezes pequenos núcleos entre árvores de folha caduca, mas os teixedos ou teixeiras (bosques de teixo) são muito raros. Habita vales profundos, barrancos e encostas íngremes, geralmente próximo de cursos de água pedregosos. Sendo indiferente edáfico, em Portugal ocorre em áreas de clima temperado de influência atlântica. Com alguma resistência ao frio, o teixo sofre com o gelo, pelo que as suas populações se distribuem genericamente entre os 600 e 1600 m de altitude.

Distribuição:

É um elemento florístico paleotemperado, sendo nativo na Europa, Oeste da Ásia (Irão, Turquia, Ciscaucásia) e Noroeste de África (Marrocos e Argélia). Ocorre um pouco por toda a Península Ibérica, mas em Portugal encontra-se atualmente restrito às Serras do Gerês, Caramulo e Estrela e ainda nos Açores e Madeira.

Usos e Costumes:

Planta tóxica, medicinal e fitoterapêutica usada desde a Antiguidade, tem um uso farmacêutico recente para a extração do paclitaxel (ou taxol), substância utilizada no tratamento de vários tipos de cânceros que foi sintetizada em 1995. A sua madeira muito dura, resistente e elástica sempre foi muito procurada para marcenaria, tendo sido uma das madeiras mais utilizadas no fabrico de arcos de guerra e caça. Outro uso ancestral, e que levou à criação de numerosos cultivares, é a ornamentação, pois como resiste muito bem à poda é excelente para sebes e topiária. Em várias culturas o teixo está associado tanto à morte como à vida eterna. Sendo símbolo da magia antiga, os druidas construíam os seus templos junto a teixos - costume que continuou no início do cristianismo. É considerada a última das 20 árvores sagradas dos celtas - "I" (Ioho) do Ogham, o 'alfabeto celta das árvores' - e governante do solstício de inverno; gregos e romanos usavam-no como combustível nas suas piras funerárias; os



Arilo de Teixo

habitantes da Cantábria e Astúrias preferiam morrer pelo veneno de teixo em vez de se renderem aos romanos; no cristianismo, terá sido o 'lenho sagrado', onde Cristo foi crucificado; na América, em lendas de tribos, o teixo é o chefe de todas as árvores. A imensa toponímia nacional que deriva da presença do teixo no território comprova que a reduzida área de distribuição atual é o que resta de uma ampla distribuição no Norte e Centro de Portugal no passado. Topónimos como 'Teixeira', 'Teixedo', 'Teixoso', 'Teixoeira/o', etc. são evidências desse passado.



Teixo no vale do rio Maceira (SIC Peneda-Gerês)

Ameaças:

As próprias características do teixo - toxicidade, o seu lento crescimento e a madeira de qualidade - foram as grandes causas da drástica redução das suas populações na Europa, durante a Idade Média e Renascimento (e.g. para a construção dos arcos longos ingleses). Já no século XX as ameaças vieram sobretudo da florestação com espécies exóticas nas áreas potenciais do teixo e o seu uso farmacêutico (para se obter 1 kg de taxol eram necessárias, em média, 3 mil árvores). Atualmente, o fogo, corte, pastoreio, a invasão de espécies exóticas e os cenários das alterações climáticas são as grandes ameaças à sua sobrevivência.

Conservação:

Espécie de distribuição localizada, e assinalada 'em perigo de extinção' em Portugal, considera-se extinta na natureza na Serra de Montesinho, virtualmente extinta no Caramulo (apenas é conhecido 1 espécime masculino) e quase extinta na Serra da Estrela (população constituída por pequenos núcleos dispersos). Nos Açores e Madeira está também classificada como espécie ameaçada de extinção. Nos Açores foi muito recentemente redescoberta no Pico (5 espécimes), sendo considerada extinta noutras 5 ilhas; e na Madeira já no século XIX era assinalada como 'quase extinto na natureza'. No entanto há relatos históricos do século XV da existência de grandes áreas de teixeiras em ambos os arquipélagos. O espécime mais antigo conhecido em Portugal encontra-se cultivado em Bragança, com cerca de 700 anos e classificado como 'árvore de interesse público' desde 1974. No país há mais 8 espécimes com esta classificação. A nível europeu é uma espécie bioindicadora de habitat de conservação prioritária (Habitat 9580*), enquanto a nível mundial, na lista vermelha da IUCN, está classificada como 'pouco preocupante'.

Assim: «Atualmente a Taxus sobrevive como um paciente que precisa de terapia intravenosa. Este paciente pode ter ajuda mas, fundamentalmente, precisa recuperar-se e sair da enfermaria e por conta própria, sem ajuda adicional. Mas antes de deixar o tratamento intensivo, (...) precisa de aumentar em número de indivíduos e simultaneamente, da melhoria e aumento da extensão do seu ambiente ecológico ótimo, a fim de poder ter um futuro por conta própria.» (Jansen & Capelo, Zimbro, Dez. 2013).

O Projeto LIFE TAXUS (www.lifetaxus.quercus.pt), em curso, espera contribuir para essa terapia.



Núcleo de Braga

Detergentes e Produtos de Limpeza Cosmética Natural

“oficinas”

15 Novembro


Detergentes e Produtos de Limpeza > 10h às 12h 30
Cosmética Natural > 14h às 17h

Quinta Pedagógica de Real, Braga

Detergentes	Cosmética Natural	Detergentes Cosmética Natural
> Sócios: 20€	> Sócios: 23€	> Sócios: 40€
> Não Sócios: 22€	> Não Sócios: 25€	> Não Sócios: 44€
		> Mínimo de inscrições
		10 Formandos

> Inscrições: www.quercus.pt
> Informações: braga@quercus.pt
927 986 133

Organização:  Colaboração: 



Núcleo de Braga

Transplante de Floresta Autóctone








“Projecto de Sensibilização para o Controlo de Mimosas”

22 Novembro

> 14h 30 às 17h

Bom Jesus do Monte, Braga

> Inscrições: www.braga.quercus.pt
> Informações: braga@quercus.pt
927 986 133

Organização:  Colaboração:      



Núcleo de Braga

Fruticultura

“curso”

“instalação à manutenção do pomar em Modo de Produção Biológico”

29 Novembro 20 Dezembro 17 Janeiro 14 Março


9h às 13h
14h às 17h

Quinta Pedagógica de Real, Braga

> Sócios: 84€
> Não Sócios: 104€
> Mínimo de inscrições
11 Formandos

> Inscrições: www.braga.quercus.pt
> Informações: braga@quercus.pt
927 986 133

Organização:  Colaboração: 



Núcleo de Braga

Agricultura Biológica no Ano da Agricultura Familiar

“tertúlia”

12 Dezembro


21h 30

café “A Brasileira”, Braga

> Oradora
Ângela Pereira

> Entrada Livre

> Informações: braga@quercus.pt
927 986 133

Organização: 



Núcleo de Braga

Reutilização Criativa

“oficinas”

13 Dezembro

Reutilização divertida > 9h30 às 13h
O brinquedo > 14h 30 às 17h 30

Quinta Pedagógica de Real, Braga

Reutilização divertida	O brinquedo	Reutilização divertida O brinquedo
> Sócios: 10€	> Sócios: 9€	> Sócios: 15€
> Não Sócios: 13€	> Não Sócios: 11€	> Não Sócios: 20€
		> Mínimo de inscrições
		10 Formandos

> Inscrições: www.quercus.pt
> Informações: braga@quercus.pt
927 986 133

Organização:  Colaboração: 

ZOOM

É UMA FLORESTA PORTUGUESA COM CERTEZA!



Sobreiros Novos



Pinhal Manso



Floresta Portuguesa



Sobreiros em produção

CONTO DA NATUREZA

ENSINO NOTURNO NA FLORESTA



O outono começara e com ele o regresso às aulas na floresta. Como nem todos conseguem ir às aulas durante o dia, abriu uma turma de ensino noturno no velho carvalho. Ao pôr-se o sol começa um novo dia para muitos dos habitantes da floresta. Morcegos, corujas, mochos e noitibós são alguns dos seres que despertam nesta altura. Uns pequenos mochos-galegos chegam de longe, de um olival perto da aldeia, tomam o pequeno-almoço pelo caminho comendo os insetos que se cruzam no seu trajeto. Quando chegam ao velho carvalho, já levam a barriga cheia e têm muita energia para aprender coisas novas.

Os mochos já estão todos sentados quando entra a imponente professora Coruja-das-torres.

“Bom dia a todos.” Diz a coruja com a sua voz profunda e intrigante.

“Bom diiiiiiiiiii!” Respondem os mochos em uníssono.

“Antes de começar vou fazer a chamada: Serôdio...”

“Sim.”

“Anastásio...”

“Presente.”

“Clotilde...”

“Sim, senhora professora!”

“Damásio.”

“Presente!”

“Bem, parece que para já só estão vocês inscritos. Vamos começar?”

A professora escreve a data no quadro e o título da lição.

“A Floresta.” Diz em voz alta. “Quem me sabe dizer o que é a floresta?”

“A floresta é onde nós estamos.” Diz Clotilde enquanto levanta a asa.

“Meninos, ponham a asa no ar primeiro e esperem que eu vos peça para falar. Sim, menina Clotilde, a floresta é onde nós estamos, mas o que é?”

Damásio tem a asa no ar e espera que a professora lhe diga se pode falar.

“Sim Damásio.”

“A floresta é um conjunto de árvores.” Responde orgulhosamente.

“Muito bem Damásio, mas será que é só isso, um conjunto de árvores?”

Damásio fica a pensar enquanto Anastásio já tem a asa no ar para falar.

“Diz Anastásio.”

“Também são as flores e os arbustos e todas as plantas.”

“Muito bem Anastásio, já está melhor mas será que é tudo? Será que as plantas vivem assim sozinhas e sem mais nada?”

O ramo do velho carvalho ficou em silêncio. Os pequenos mochos ficaram a pensar mas não se conseguiam lembrar de mais nada.

“O menino Serôdio, não quer dar um contributo?” Pergunta a professora.

Serôdio mantém-se em silêncio a pensar até que, de repente, os seus olhos se arregalam ainda mais que o habitual, e exclama:

“As árvores e as outras plantas precisam de água e dos nutrientes da terra para crescerem, precisam do ar para respirar e precisam de sol por isso a terra, a água, o ar e o sol também fazem parte da floresta!”

“Muito bem Serôdio!”

“E também precisa dos animais que aqui vivem. Eles é que ajudam a levar as sementes das plantas para nascerem noutros sítios.”

A professora fica impressionada com a resposta de Serôdio. Como é que um pequeno e jovem Mocho-galego consegue perceber estas ligações tão importantes da floresta.

“Excelente Serôdio! É isso mesmo. A floresta são os animais e as plantas que aqui vivem e as relações entre eles e com o meio. Todos conseguem perceber isto?”

Os outros três mochos já têm as asas no ar.

“Diz Clotilde.”

“Eu já percebi, Senhora Professora. Os animais precisam das plantas para comer, alguns para se abrigarem como nós, que vivemos nas árvores, mas as plantas também precisam dos animais para se poderem multiplicar.”

“Exatamente. Anastásio, queres acrescentar alguma coisa?”

“Sim, Senhora professora. Os cogumelos também são importantes! Eu sei que os cogumelos comem os bocados das árvores mortas e que as transformam em terra, que é importante para as plantas.”

“Estás a inventar Anastásio!” Interrompe Damásio duvidando da palavra do colega.

“Os cogumelos são plantas, não comem árvores!”

“Damásio!” A professora chama a atenção. “Primeiro, não se interrompe assim os colegas, e depois os cogumelos não são plantas não senhor, pertencem a outro grupo de seres vivos que se chama Fungos. É verdade que não têm boca ou bico e não comem propriamente, mas eles conseguem digerir a madeira podre e decompôr assim as árvores. Essa terra que o Anastásio diz que se forma é uma terra muito rica e fértil que é muito boa para as plantas crescerem.

“Desculpe Senhora Professora, não fazia ideia...” Desculpa-se Damásio.

“Não há problema, é para isso que aqui estamos, para aprender coisas novas. E nem sempre sou eu, a professora, que vos vai ensinar essas coisas novas. Muita informação vocês já sabem e é partilhando o que cada um de nós sabe que se aprende. Fiquei muito contente com a lição de hoje, por todos terem participado e por terem partilhado estes conhecimentos! Obrigada a todos. Amanhã vamos falar de outros ecossistemas, como a floresta, alguns que vocês deverão conhecer e outros que nunca devem ter ouvido falar como o deserto ou o fundo do mar.”

“Já estou ansiosa para vir amanhã, para conhecer esses sítios que não fazia ideia que existiam!” Exclama Clotilde.

“És mesmo croma Clotilde, só tu para estares com vontade de vir para a escola.” Diz Damásio.

“Vais-me dizer que não estás curioso? Não aprendeste nada hoje?” Pergunta Clotilde.

“Aprendi...”

Damásio decide terminar por ali a discussão mas os pequenos mochos continuam a trocar comentários sobre as aulas e a escola enquanto a professora arruma as suas coisas. A grande Coruja-das-torres ainda vai à caça esta noite antes de voltar à sua árvore ao amanhecer.

Já os mochos vão regressar ao olival mas com um olhar muito mais atento sobre a floresta que sobrevoam até lá. Aprenderam e relembrouam o quão importante é a floresta e todos os que lá habitam. Como é bela e como a sua conservação é essencial para que todos possamos continuar a viver nela e dela.

**Na floresta ao anoitecer,
Há muito para se aprender. 🌿**

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

ÁGUA/OCEANOS

DR 174 SÉRIE I de 2014-09-10

Portaria n.º 175/2014 - MAOTE

Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de águas subterrâneas nos polos de captação «1», «2», e «3» no concelho de Castanheira de Pera

DR 175 SÉRIE I de 2014-09-11

Portaria n.º 177/2014 - MAOTE

Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de quatro captações de águas subterrâneas do Sistema de Captação de Carritos, no concelho de Figueira da Foz

DR 178 SÉRIE I de 2014-09-16

Portaria n.º 185/2014 - MAOTE

Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de água subterrânea no concelho de Oliveira de Azeméis

Diário da República n.º 189/2014, Série I de 2014-10-01

Portaria n.º 195/2014 - MAOTE

Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de água subterrânea localizadas nos concelhos de Ponte de Sôr e Chamusca

AGRICULTURA/CONSERVAÇÃO DA NATUREZA/FLORESTA/CAÇA/PESCA

DR 161 SÉRIE I de 2014-08-22

Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2014 - PCM

Cria um Grupo de Trabalho sobre o Acesso aos Recursos Genéticos e a Partilha Justa e Equitativa dos Benefícios Decorrentes da sua Utilização, no âmbito da aplicação do Protocolo de Nagóia à Convenção Sobre a Diversidade Biológica

Portaria n.º 170/2014 - MAM

Altera o anexo à Portaria n.º 27/2001, de 15 de janeiro, que fixa os tamanhos mínimos dos peixes, crustáceos e moluscos, de acordo com o previsto no artigo 48.º do Decreto Regulamentar n.º 43/87, de 17 de julho, na redação dada pelo Decreto Regulamentar n.º 7/2000, de 30 de Maio

DR 164 SÉRIE I, 1º SUPLEMENTO de 2014-08-27

Portaria n.º 170-A/2014 - MAM

Segunda alteração à Portaria n.º 629/2009, de 8 de junho, que define os condicionalismos a que fica sujeita a pesca de bivalves com gancho na zona ocidental norte, e primeira alteração à Portaria n.º 171/2011, de 27 de abril, que define os condicionalismos a que fica sujeita a pesca com gancho na zona sul

Diário da República n.º 188/2014, Série I de 2014-09-30

Portaria n.º 193/2014 - MAM

Determina a suspensão temporária da Portaria n.º 123/2001, de 23 de fevereiro, alterada pelas Portarias n.os 229/2002, de 12 de março, e 1405/2008, de 4 de dezembro, na parte referente à inscrição em exames para a obtenção de carta de caçador

Diário da República n.º 189/2014, Série I de 2014-10-01

Resolução da Assembleia da República n.º 81/2014 - AR

Recomenda ao Governo um conjunto de orientações em torno da atualização da Estratégia Nacional para as Florestas

Diário da República n.º 190/2014, 1º Suplemento, Série I de 2014-10-02

Portaria n.º 198-A/2014 - MAM

Aprova o Regulamento do Regime de Apoio à Cessação Temporária das Atividades de Pesca da Sardinha com Recurso a Artes de Cerco

Diário da República n.º 194/2014, Série I de 2014-10-08

Portaria n.º 204/2014 - PCM, MAM

Aprova o Regulamento do módulo relativo ao regime jurídico a que estão sujeitas, no território continental, as ações de arborização e re-arborização com recurso a espécies florestais do Sistema Integrado de Informação Para a Conservação da Natureza e Florestas

Portaria n.º 207/2014 - MAOTE

Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Miranda do Douro

Diário da República n.º 202/2014, Série I de 2014-10-20

Portaria n.º 217/2014 - MAM

Aprova o Regulamento do Regime de Apoio à Cessação Temporária das Atividades de Pesca da Sardinha com Recurso a Arte de Xávega ou Redes de Emalhar de Deriva de Pequenos Pelágicos

Portaria n.º 218/2014 - MAM

Determina a interdição do exercício da pesca pela frota de arrasto licenciada para a malhagem 55-59 mm por um período de 30 dias e aprova o regulamento do Regime de Apoio à Cessação Temporária das Atividades de Pesca da Pescada Branca do Sul e do Lagostim

ENERGIA/ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS/POLUIÇÃO DO AR/MOBILIDADE

Diário da República n.º 198/2014, 1º Suplemento, Série I de 2014-10-14

Portaria n.º 212-A/2014 - MAOTE

Primeira alteração à Portaria n.º 332/2012, de 22 de outubro que estabelece os critérios para a repercussão diferenciada dos custos decorrentes de medidas de política energética, de sustentabilidade ou de interesse económico geral na tarifa de uso global do sistema aplicável às atividades do Sistema Elétrico Nacional

Diário da República n.º 202/2014, Série I de 2014-10-20

Decreto-Lei n.º 153/2014 - MAOTE

Cria os regimes jurídicos aplicáveis à produção de eletricidade destinada ao autoconsumo e ao da venda à rede elétrica de serviço público a partir de recursos renováveis, por intermédio de Unidades de Pequena Produção

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

DR 170 SÉRIE I de 2014-09-04

Resolução do Conselho de Ministros n.º 54/2014 - PCM

Aprova o Plano de Ordenamento da Albufeira de Odeleite

DR 173 SÉRIE I de 2014-09-09

Decreto-Lei n.º 136/2014 - MAOTE

Procede à décima terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação

DR 181 SÉRIE I de 2014-09-19

Decreto Regulamentar Regional n.º 18/2014/A - RAA - PG

Regulamenta o Subsistema de Incentivos para o Urbanismo Sustentável e Integrado

DR 185 SÉRIE I de 2014-09-25

Portaria n.º 190/2014 - MAOTE

Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Paredes

Diário da República n.º 193/2014, Série I de 2014-10-07

Portaria n.º 203/2014 - MAOTE

Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Oliveira do Bairro

Diário da República n.º 198/2014, Série I de 2014-10-14

Portaria n.º 210/2014 - MDN

Aprova a sinalética referente a “praia não vigiada”, a ser colocada nos espaços balneares concessionados, fora do período da época balnear e sem vigilância por nadadores-salvadores

Diário da República n.º 200/2014, Série I de 2014-10-16

Portaria n.º 215/2014 - MAOTE

Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Vila Nova de Poiares

RESÍDUOS

DR 179 SÉRIE I, 1º SUPLEMENTO de 2014-09-17

Portaria n.º 187-A/2014 - MAOTE

Aprova o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020), para Portugal Continental

OUTROS

DR 165 SÉRIE I de 2014-08-28

Decreto do Presidente da República n.º 64/2014 - PR

Ratifica a Convenção Internacional para a Eliminação dos Atos de Terrorismo Nuclear (Convenção), adotada em Nova Iorque, em 13 de abril de 2005

Resolução da Assembleia da República n.º 77/2014 - AR

Aprova a Convenção Internacional para a Eliminação dos Atos de Terrorismo Nuclear, adotada em Nova Iorque, em 13 de abril de 2005

DR 166 SÉRIE I de 2014-08-29

Decreto-Lei n.º 128/2014 - ME

Aprova o regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local

Decreto-Lei n.º 129/2014 - ME

Aprova a orgânica do Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I. P.

Decreto-Lei n.º 130/2014 - MAOTE

Aprova a orgânica da Direção-Geral de Energia e Geologia

DR 171 SÉRIE I de 2014-09-05

Portaria n.º 172/2014 - ME, MAOTE, MAM, MS, MEC

Estabelece a composição, o modo de funcionamento e as atribuições do Conselho Consultivo de Avaliação de Impacte Ambiental

DR 176 SÉRIE I de 2014-09-12

Decreto-Lei n.º 137/2014 - PCM

Estabelece o modelo de governação dos fundos europeus estruturais e de investimento para o período de 2014-2020

DR 178 SÉRIE I de 2014-09-16

Portaria n.º 186/2014 - MAOTE

Aprova os requisitos e condições de exercício da atividade de verificador do sistema de gestão de segurança para a prevenção de acidentes graves (SGSPAG), bem como as taxas a cobrar pelos atos praticados pela Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA, I.P.)

LEGENDA

AR - Assembleia da República
 CNE - Comissão Nacional de Eleições
 MAM - Ministério da Agricultura e do Mar
 MAMAOT - Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território
 MAOTE - Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia
 MDN - Ministério da Defesa Nacional
 ME - Ministério da Economia
 MEC - Ministério da Educação e Ciência
 MF - Ministério das Finanças
 MFE - Ministério das Finanças e da Economia
 MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros
 MS - Ministério da Saúde
 MESS - Ministério da Solidariedade, Emprego e da Segurança Social
 PCM - Presidência do Conselho de Ministros
 PCM - SG - Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria Geral
 PCM - CJ - Presidência do Conselho de Ministros - Centro Jurídico
 RAA - AL - Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa
 RAA - PG - Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo
 RAA - SGAM - Região Autónoma dos Açores - Secretaria-geral do Ambiente e do Mar
 RAM - AL - Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa
 RAM - PG - Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo

Fonte: Diário da República Electrónico - Sumários (<http://dre.pt/>)

PROPOSTAS DIDÁTICAS

Alexandra Azevedo

ECO-RECEITA PUDIM DE PÃO DE BOLOTA

Ingredientes:

- 200 g de pão de bolota
- 6 ovos inteiros
- 6 dl de leite
- 200 g de açúcar (ou outro adoçante natural, como a frutose)
- raspa de um limão,
- 1 cálice de vinho do Porto
- açúcar caramelizado.

Modo de preparação

Barrar a forma com açúcar caramelizado. Ferver o leite com o açúcar e a raspa de limão. Retirar do lume, juntar o pão cortado em pedaços e mexer. Juntar o vinho e deixar arrefecer. Juntar os ovos mexendo bem. Vai ao forno 40 minutos a 180°C. Desenformar quando tiver arrefecido



Alexandra Azevedo

Pudim de pão de bolota

A BOLOTA - UM RECURSO ALIMENTAR DE FUTURO!

Alexandra Azevedo

Quando pensamos em bolota como alimento, a primeira ideia que nos vem à cabeça são os porcos. Para os apreciadores de carne de porco, não há dúvida que a carne dos animais alimentados com bolotas, não só é mais saborosa, como mais saudável. Mas a perspectiva deste artigo, é a bolota como alimento para nós, humanos. E, se há pessoas que encaram isso com curiosidade e interesse, algumas não reagem lá muito bem e prontamente dizem: “Eu não sou porco!”

Mas certo é, que a bolota foi um dos principais recursos alimentares ancestrais de todas as regiões com plantas do género *Quercus*, (todo o hemisfério norte, dos Estados Unidos ao Japão) que a adaptação do nosso organismo a esse alimento estará gravado algures no nosso código genético, mas eis-nos no século XXI quase ignorantes dos seus saberes e sabores.

As utilizações gastronómicas da bolota, o fruto das espécies *Quercus*, são pois desconhecidas da maioria das pessoas actualmente, incluindo até os associados da QUERCUS! Ora, aqui estou para ajudar a inverter esta situação, e de uma forma, diria, profunda. Estão preparados para uma pequena viagem nas ideias?

Em 2013 foram editados dois importantes livros: “O Renascer da Bolota” do Chef Pedro Mendes, e “Manual de Cocina Bellotera para la Era Post Petrolera” de César Lema Costas. O primeiro foca-se apenas na bolota de azinheira e apresenta várias receitas, o segundo, e como o próprio nome indica, é um livro bastante completo e atrevo-me a dizer que é uma “bíblia” sobre os *Quercus* e os seus frutos, a bolota, não só pelas muitas informações práticas e técnicas que contém, como pela colaboração de Félix Rodrigo Mora, que faz o enquadramento histórico e análise muito crítica dos regimes alimentares e seus sistemas das várias sociedades até chegarmos à actualidade, e embora não concordando na totalidade com o pensador, muito me inspirou para escrever este artigo, e me baseei nos dados e observações destes autores. Eu que até já consumo bolotas com regularidade (entre outros alimentos silvestres) o “Manual de Cocina Bellotera” conseguiu revolucionar ainda mais as minhas ideias e levar muito mais a sério a importância estratégica da bolota e dos bosques autóctones.

Etapas do processamento da bolota

- Recolecção
- Secagem
- Armazenamento
- Descasca
- Moagem
- Desamargagem

Não cabe neste artigo analisar em pormenor todos estes passos, a leitura do “Manual de Cocina Bellotera” é indispensável, pelo que deixo apenas umas breves notas. A secagem correcta é fundamental para uma boa conservação da bolota evitando que se infestem por fungos (alguns dos



Emmanuel Vileça

Bolotas

quais produzem micotoxinas). Um método pode ser aproveitar o calor do forno eléctrico ou a lenha, depois de cozermos pão por exemplo, quando a temperatura baixou aos 80°C ou 100°C, respectivamente, e deixá-las durante 24 horas. Para comprovar que estão secas, independentemente do método, ao agitar a bolota, deve-se ouvir que ela se move dentro da casca.

Um bom método de descasca é golpear a bolota bem seca com um maço de madeira, ou para grandes quantidades malhar dentro de uma saca fechada com segmento de mangueira rígida (e não de madeira por ser mais difícil e porque pode despedaçar a bolota) seguida de peneira. Para descascar as bolotas frescas é preciso cozê-las (meia hora na panela de pressão) ou assá-las no forno (200°C durante 15 minutos). A moagem pode ser triturando numa picadora 1,2,3 e também se pode usar métodos tradicionais, como as mós de pedra, mas nesse caso as bolotas têm de estar bem secas. Desamargar é um processo para eliminar o sabor amargo e grande parte da adstringência da bolota que são provocados pelos taninos. Há variadíssimos métodos que foram utilizados em diversas culturas e países, e dividem-se em métodos a frio e métodos a quente. A frio, um dos métodos mais simples é demolhar a bolota (inteira ou triturada) em água e ir mudando todos os dias até a água ficar límpida. A velocidade e eficácia depende directamente do tamanho da partícula (quanto mais pequena melhor e mais rápido será). Como métodos a quente são exemplos a cozedura em água durante 15 a 20 minutos e a própria cozedura no forno no fabrico de pão, bolachas ou biscoitos. 🍄

(Continua na próxima edição)

ROSTOS QUERCUS



Como te chamas?

Nuno Forner

Que idade tens?

38 anos

O que fazes na Quercus?

Na Quercus colaboro de forma entusiasta em diversos grupos de trabalho, como são o Grupo de Trabalho da Água, o Grupo de Trabalho das Florestas e o Grupo de Trabalho de Conservação e da Biodiversidade, sendo no entanto mais regular neste último.

Atualmente estou a trabalhar como coordenador e responsável pela implementação do projeto LIFE TAXUS, cofinanciado pelo Programa LIFE+ da União Europeia, o qual visa melhorar o estado de conservação de bosquetes de teixo, um habitat prioritário que tem em Portugal o seu limite de distribuição europeu.

Quando sentiste o primeiro apelo pelo ambiente?

O apelo pelo ambiente é algo que certamente nasceu comigo, na medida em que me lembro de em criança ter um enorme interesse em conhecer as aves que encontrava em redor de casa, identifica-las pelo canto, saber quais as características dos ovos entre outras coisas. Durante os estudos, sempre me fascinaram as temáticas exploradas nas disciplinas de ciências, algo que levou a que muito cedo tenha definido como objetivo de vida futura estudar biologia e vir a ser professor. O apelo específico pelas temáticas de defesa do ambiente surgiu mais tarde, ao longo da formação no ensino superior com o conhecimento mais aprofundado no âmbito da disciplina de ecologia.

Como foi o teu primeiro contacto com a Quercus?

O primeiro contacto com a Quercus ocorre em 2000, ao conhecer alguns elementos do Núcleo Regional do Ribatejo e Estremadura, com quem tive a oportunidade de trocar algumas impressões. Nessa altura constatei que existia a convergência de ideias em muitos temas. Com os elementos do núcleo dessa altura, e na medida da minha disponibilidade tive a possibilidade de participar em algumas atividades.

Há quanto tempo andas nisto?

Após uma colaboração inicial intermitente no Núcleo Regional do Ribatejo e Estremadura, e após a passagem como colaborador remunerado numa outra ONGA, no ano de 2008 iniciei uma colaboração ativa como voluntário na Quercus, conciliando-a com a atividade profissional de docente. No papel de voluntário, nem sempre fácil, mas muito gratificante, tive o prazer de colaborar ao nível administrativo na elaboração de pareceres no âmbito de processos de consulta pública de Estudos de Impacto Ambiental, no desenvolvimento de projetos de conservação de habitats e espécies em estado de conservação desfavorável, alguns submetidos com sucesso ao Programa LIFE+ da União Europeia, e no desenvolvimento e acompanhamento na implementação da ferramenta de cálculo on-line associada ao Projeto Pegada Ecológica para Organizações. Ao nível da comunicação participei em inúmeras sessões de apresentação de projetos desenvolvidos pela Quercus em escolas e seminários. Por fim, sempre que a disponibilidade o permitia, sozinho ou com a família, participei ativamente em ações de voluntariado para intervenções no terreno, fossem elas a instalação de cercas para minimizar o impacto do pastoreio nas micro-reservas da Quercus, o levantamento e marcação de Cágado-de-carapaça-estriada no Sudoeste Alentejano, ou a plantação de árvores e arbustos no âmbito do projeto Criar Bosques. Hoje, profissionalmente trabalho naquilo que gosto e me faz sentir realizado a nível profissional, sem esquecer a vertente de voluntariado.

O que mais gostaste de fazer na Quercus até hoje?

Essa é a uma pergunta muito difícil. Na Quercus gostei imenso das atividades em espaços naturais, fossem elas com uma componente lúdica ou de trabalho de voluntariado, das palestras onde dei a conhecer a associação e o trabalho realizado em projetos de conservação, assim como todo o trabalho administrativo, que embora por vezes é considerado aborrecido, é fulcral para alcançar os objetivos delineados. Entre todas elas certamente a que mais gozo me dá, pelo desafio que é colocado, é colaborar na elaboração de projetos de conservação.... e o último é sempre o que gosto mais.

E o que menos gostaste?

Não existe propriamente uma função que tenha exercido ou uma atividade em que tenha participado que me tenha desagradado. Até ao momento colaborei em atividades em que acredito, nas quais estava convicto que a minha contribuição poderia ser uma mais valia para a concretização dos objetivos que estavam implícitos, fosse ela uma tarefa administrativa, ou um trabalho no terreno, como foi a instalação de vedações no Sudoeste Alentejano. Contudo, confesso que atividades que envolvam o contacto direto com a comunicação social deixam-me algo desconfortável.

Confessa, qual é o teu maior pecado ambiental?

Decididamente o meu maior pecado é a utilização do transporte individual no meu dia-a-dia, e a conseqüente contribuição para as emissões de CO₂. O atual ritmo de gestão familiar diária, e a inadequada oferta de transportes públicos no concelho onde resido não me deixa outra alternativa.

Quais os teus principais desejos ambientais para Portugal?

Os meus desejos resultam das minhas preocupações pessoais como cidadão, como biólogo, como ambientalista e como pai. Preocupa-me viver numa sociedade na qual constantemente ao mais alto nível político se fala em Desenvolvimento Sustentável, sem que o mesmo tenha a devida atenção e um reflexo ao nível económico, onde continua a imperar o consumo massificado de recursos, a nível global, sem qualquer preocupação pelo amanhã que há-de chegar. Espero sinceramente que o cidadão português deixe a sua atitude individualista e passiva de mera preocupação com o seu "umbigo", olhe em frente e passe a intervir de forma activa e construtiva em temáticas ambientais de importância local e com reflexo global. 🌱

PAGAMENTO DE QUOTAS

A Direcção Nacional apela a todos os associados para regularizarem o pagamento das quotas. Se quiser pagar por cheque aproveite o envelope rsf que lhe enviámos no final do ano com a informação sobre quotas em falta. Pode também pagar por vale postal.

Se preferir pagar por transferência bancária utilize a seguinte conta da CGD com o NIB: 0035 0239 0001 2649 6306 5 (neste caso informe-nos da data e montante transferido através dos contactos da gestão de sócios: 284 321326 ou 93 7788473 ou para o e-mail: gestaosocios@quercus.pt. O valor das quotas para 2014 é igual ao dos anos anteriores ou seja adulto €20; estudantes até aos 26 anos €13; jovens até aos 15 anos €8; colectivos €45; quota familiar €30.

NOVA MODALIDADE DE QUOTA: QUOTA FAMILIAR

Pode agora aderir à quota familiar se o desejar. A quota familiar destina-se ao agregado familiar e embora cada elemento mantenha um número de associado e os direitos estatutários inerentes, a quota é apenas uma e no valor único de €30 anual.

O agregado corresponde a um casal e filhos até aos 25 anos. A adesão a esta modalidade é facultativa e destina-se tanto a novos sócios como aos que já estão inscritos e que podem pedir para alterar a situação actual com efeito a partir da próxima quota a pagar. O envio deste jornal, bem como o recibo de quota será efectuado apenas ao titular do agregado que for designado para esse efeito.

DÉBITO DIRECTO

Agora tem mais vantagens ao aderir ao débito directo para pagamento das suas quotas. Ao aderir a esta modalidade damos-lhe desconto no valor das quotas. Assim para jovens a quota será de €7, estudante €11, adulto €18, colectivo €40 e familiar €27. Não se esqueça de informar a gestão de sócios sobre a adesão a esta forma de pagamento.

Para mais informações sobre estas e outras questões não hesite e contacte a Gestão de Sócios.

CAMPANHA “TRAZ UM AMIGO”

Na Quercus queremos ser mais para que a nossa base de apoio se alargue e as nossas posições tenham mais influência na sociedade e para isso temos de contar consigo. Traga um familiar ou amigo para sócio da Quercus. Em troca receberá como oferta um guia de percursos pedestres editado pela nossa associação.

NOTÍCIAS COM A “NEWSLETTER” DA QUERCUS

Com o objetivo de proporcionar mais informação aos associados e simpatizantes da Quercus tem sido editado o “Boletim Quercus”. Esta edição semanal está associada ao site da Quercus e é simples de subscrever, basta registar o endereço de e-mail em www.quercus.pt.

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE: Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza

MORADA: Centro Associativo Bairro do Calhau, Bairro do Calhau, 1500-045 Lisboa

TELEFONE: 217 788 474

FAX: 217 787 749

EMAIL QUERCUS AMBIENTE: jornal@quercus.pt

SITE QUERCUS: www.quercus.pt

DIRECTOR: Nuno Sequeira

DIRECÇÃO EDITORIAL: Cláudia Silva

ASSISTENTE DE DIRECÇÃO EDITORIAL: Ricardo Marques

MARKETING: Marcos Bartilotti

FOTÓGRAFO: Dário Cardador

GRAFISMO: Imarte

COLABORARAM NESTE NÚMERO: Alexandra Azevedo; Ana Cristina Costa; Carla Graça; Carmen Lima; CERAS; CIR; Cláudia Silva; Direcção Nacional da Quercus; Domingos Patacho; dQa; Ecocasa; Estevão Portela-Pereira; Jorge Paiva; Loja Quercus; Luísa Schmidt; Madalena Martins; Manuel Valadas Preto; Núcleo Regional do Algarve da Quercus; Núcleo Regional de Braga da Quercus; Núcleo Regional de Castelo Branco da Quercus; Núcleo Regional da Guarda da Quercus; Núcleo Regional de Lisboa da Quercus; Núcleo Regional do Ribatejo e Estremadura da Quercus; Núcleo Regional de Setúbal da Quercus; Nuno Forner; Nuno Sequeira; Paula Sarmento; Querton Network; Susana Fonseca; Tiago Moreira;

FOTO CAPA: Jorge Paiva

FOTOS: Alexandra Azevedo; Ana Pinheiro; Canau; Celorico TV; Dário Cardador; David Ritter; Domingos Patacho; Estevão Portela-Pereira; Fernando Romão; ICNF; Jorge Paiva; José João Sá; IGAMAOT; Mónica Costa; Núcleo Regional do Algarve; Paulo Fonseca; Paulo Guerreiro; Peace and Art Society; Pedro; Quercus; Ricardo Marques; Sandra Henriques; Sara Campos; Sara Ruivo; Tiago Moreira; Vanda Marques; VisitAlgarve - Turismo de Portugal. AD - Autor Desconhecido

IMPRESSÃO: Unipress, Centro Gráfico Lda

TIRAGEM: 5 000 exemplares

DEPÓSITO LEGAL Nº: 200020/03

O conteúdo dos artigos constantes nesta publicação é da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

MECENAS PRINCIPAL



MECENAS JORNAL



valorpneu
SOCIEDADE DE GESTÃO DE PNEUS, LDA



Imprima e envie para QUERCUS-ANCN - Gestão de Sócios - Apartado 230 * 7801-903 Beja



QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza
Gestão de Sócios

E-mail: gestaosocios@quercus.pt * Telf.: 284 321 326

Boletim de Admissão a Sócio

A preencher pela Quercus

Nº Sócio Estatuto

Núcleo Data

Nome:

Sexo (F/M):

Morada:

Localidade: C.P. _____ - _____

Concelho: Distrito: País:

Telefone: Fax: E-mail:

BI nº: Data Nasc: / / Nacionalidade:

Nº de Contribuinte: Profissão:

Data: Assinatura:

Quota anual:

Júniors (até 16 anos) - 8 Euros | Estudantes (até 25 anos) - 13 Euros | Adultos - 20 Euros | Familiar - 30 Euros | Colectivos - 45 Euros

Modo de Pagamento

- Numerário | Valor _____
 Cheque/Vale Postal* | Nº _____ Banco: _____ Valor: _____
 Transferência Bancária* | Data: _____ Valor: _____

A preencher pela Quercus

Recebido (Núcleo/CEA/etc.)

Receptor da Inscrição

* Deve ser enviado juntamente com esta ficha o cheque/vale postal/comprovativo de transferência bancária.

Calendário Quercus 30 anos

Em breve na Loja Quercus

Todos os anos a Quercus lança um calendário de secretária alusivo a um tema ambiental.

O calendário de 2015 será sobre os 30 anos da Quercus, recordando os momentos mais emblemáticos em prol do ambiente.

Reserve já as suas prendas de Natal!

loja.quercus.pt

